



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

DIEGO LUIS RODRIGUES SANTOS

**PSICOLOGIA NO BRASIL:
ANTECEDENTES HISTÓRICOS**

BRASÍLIA

2015

DIEGO LUIS RODRIGUES SANTOS

**PSICOLOGIA NO BRASIL:
ANTECEDENTES HISTÓRICOS**

Monografia apresentada à Faculdade de Psicologia
do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
como requisito parcial à conclusão do curso de
Psicologia.

Professor-orientador: Dr. José Bizerril Neto

BRASÍLIA

2015

DIEGO LUIS RODRIGUES SANTOS

**PSICOLOGIA NO BRASIL:
ANTECEDENTES HISTÓRICOS**

Monografia apresentada à Faculdade de Psicologia
do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
como requisito parcial à conclusão do curso de
Psicologia.

Professor-orientador: Dr. José Bizerril Neto

BRASÍLIA, 8 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Bizerril Neto

Prof.

Prof.

A menção final obtida foi:

Dedico esta monografia ao Caetano, meu filho, por me inspirar ao exercício amoroso da realização em suas mais diversas possibilidades, das mais abstratas às mais concretas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em reconhecimento à dimensão coletiva deste trabalho que só em aparência é individual. Minha mãe, onipresença física e simbólica na minha vida, capaz de transformar poeticamente um tropeço num majestoso salto em direção ao vazio. Jessica, mãe do meu filho, por sua tremenda generosidade e sensibilidade em prover condições para minha labuta, a despeito de suas próprias batalhas. Meu orientador, pela disponibilidade, confiança e paciência com a qual acompanhou e orientou, de fato, meu longo processo de amadurecimento intelectual e pessoal. Rogério, Alejandro, Valéria, Fernando Rey, Tânia, Morgana, Cynthia, enfim, tantos professores, referências de como conciliar os desafios do ensino institucional com a preservação daquele impulso original do encanto pelo mistério. Por fim, aos meus colegas de percurso que tornaram as incertezas da caminhada menos assustadoras.

RESUMO

O presente trabalho investiga alguns antecedentes históricos relevantes para a compreensão do lugar ocupado pela clínica na psicologia brasileira. Em constante diálogo com as circunstâncias históricas em que se dão os acontecimentos, parte das ideias psicológicas que prosperavam no Brasil-colônia, passa pelo processo de consolidação da ciência durante o século XIX, narra o reconhecimento da psicologia enquanto ciência autônoma na transição do século XIX para o XX, até, finalmente, apresentar as circunstâncias em que a clínica se tornou o modelo de atuação hegemônico da psicologia brasileira. Mesmo reconhecendo a importância dos desdobramentos que se sucederam aos eventos aqui descritos, optou-se por restringir este trabalho ao recorte temporal que vai até o ápice da hegemonia do modelo clínico tradicional, tendo em vista que, mesmo questionada, a clínica continuou ocupando papel de destaque na psicologia brasileira.

Palavras-Chave: história da psicologia no Brasil, clínica

ABSTRACT

The present work researches some of the most relevant historical backgrounds for the understanding of the place occupied by the Brazilian clinical psychology. In a permanent dialogue with the historical circumstances in which the events happened, it starts from the psychological ideas that prevailed in Brazil as a Portuguese colony, goes through the science's consolidation process during the XIX century, depicts psychology's public recognition as a science in the transition between the XIX and XX centuries, until, finally, presenting the circumstances in which the clinic became the hegemonic practice model for Brazilian psychology. Even though recognizing the importance of the developments that unfolded after the events hereby described, in the present work a time frame that goes up to the apogee of the clinical traditional model was chosen, given that, although challenged, the clinic remained playing a major role in Brazilian psychology.

Keywords: History of Psychology in Brazil, Clinical Psychology

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
PRÉ-HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL.....	13
PREOCUPAÇÃO COM OS FENÔMENOS PSICOLÓGICOS NO SÉCULO XIX.....	18
CIÊNCIA PSICOLÓGICA AUTÔNOMA.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a ser um mapeamento de alguns dos mais relevantes antecedentes históricos da psicologia no Brasil de modo a oferecer uma certa inteligibilidade acerca das condições em que a clínica psicológica passou a ocupar uma posição privilegiada tanto na formação acadêmica dos profissionais da área quanto no imaginário social a respeito das atividades que caracterizam o psicólogo. Ainda que a psicologia brasileira tenha construído outras práticas e teorizações¹, percebe-se que estas recentes inovações não demoveram o modelo clínico nem de seu papel central nas formulações teóricas nem do seu lugar de referência para muitas das áreas de atuação emergentes (FERREIRA NETO, 2004).

O modelo da clínica psicológica, exercida por profissionais autônomos, atendendo a uma clientela com alto poder aquisitivo, concentrou o maior número de psicólogos desde a regulamentação da profissão em 1962 até os anos 1990. A partir do fim do regime militar, em meados da década de 1980, o papel do psicólogo passou por uma intensa reformulação, uma vez que o processo de democratização criou condições para um processo de revisão crítica sistematizada acerca de sua atuação (BOCK; MALDOS; SADER, 2012). Conforme afirma Antunes (2012, p. 5), “o estrangulamento do mercado e as críticas quanto ao direcionamento da profissão, obrigaram os psicólogos a repensar os campos de ação”. A incorporação à prática do psicólogo das demandas sociais² da maioria da população, até então negligenciadas, representou a mudança mais visível deste processo.

Revelante indício da importância do modelo clínico para a prática psicológica é a sua onipresença no imaginário social. Mesmo quando o psicólogo exerce sua profissão numa área em que existem outras possibilidades de atuação, há frequentemente a expectativa das pessoas, usuárias de seus serviços, para que ele pratique a clínica psicoterápica individual. Esta imagem estereotipada do trabalho do psicólogo influencia o percurso dos próprios

¹ A partir dos anos 70, vozes críticas ao caráter elitista da psicologia brasileira ganham grande repercussão. Surge um novo projeto para a psicologia, um projeto de ciência comprometida com a transformação da realidade social. A professora Sílvia Lane (1933-2006) é considerada a principal referência na construção desta nova perspectiva para psicologia em suas dimensões científica e profissional (BOCK et al., 2007).

² Os psicólogos passaram a se inserir de modo mais consistente nos serviços públicos de saúde, educação e assistência social a partir dos anos 1980. Esta integração aos equipamentos públicos estava fundamentada em uma perspectiva ampliada do fenômeno psicológico em que o contexto social dos sujeitos passou a ser percebido como indissociável. Enfrentar a desigualdade social, estruturante da história do Brasil, passou, portanto, a ser uma preocupação fundamental para a promoção da saúde mental e os psicólogos agentes desta transformação (BOCK, 1999).

estudantes de psicologia em formação. Mesmo expostos a outras possibilidades de atuação profissional, a maioria dos estudantes ainda deseja trabalhar na área clínica em seu sentido estrito: atender pessoas individualmente em seus consultórios particulares cobrando valores acessíveis apenas a uma parcela restrita da população (FERREIRA NETO, 2004).

Assim, compreender como se constituiu historicamente esta posição hegemônica do modelo clínico contribui para a ampliação das discussões a respeito das diversas aplicações possíveis da ciência psicológica bem como das teorizações acerca dos fenômenos considerados de interesse desta ciência. Além disso, desnaturalizar a posição hegemônica do modelo da clínica clássica estimula um olhar crítico acerca dos critérios que legitimam certas práticas e desautorizam outras. Dessa forma, contribui-se para que a psicologia tenha um olhar cada vez mais consciente das contradições do seu processo de construção, ainda que, para isso, seja necessário integrar aspectos pouco nobres às suas narrativas históricas.

Importante esclarecer que as circunstâncias históricas em que a psicologia nasce não devem ser vistas de forma determinista como se a psicologia fosse apenas o resultado deste processo histórico. A própria ciência psicológica passa a atuar sobre a realidade transformando-a por meio de seu discurso e de suas práticas até o ponto em que ascende ao seu lugar atual como produtora de práticas discursivas e não discursivas a respeito da gestão das condutas humanas. As práticas psicológicas, portanto, também precisam ser entendidas enquanto forças ativas na produção da realidade a serviço de um projeto de ser humano específico (ROSE, 2011).

Portanto, como uma produção humana inscrita em um contexto histórico e cultural, a psicologia está sujeita a um jogo de forças complexo e com um percurso, com frequência, contraditório. É a partir deste enfoque que o presente trabalho busca compreender a constituição das circunstâncias em que se tornou possível a prevalência da clínica em relação às outras expressões da psicologia, de modo a desnaturalizar este processo, reinserindo-o em sua dimensão espaço-temporal.

Para empreender este percurso, lanço mão do conceito de “história crítica” proposto por Rose (2011) em *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade*. A história crítica é um modo de se entrar em contato com um fenômeno, em que não se busca uma suposta verdade última acerca deste objeto de interesse do investigador, mas sim ajuda a produzir inteligibilidades acerca das contingências em que aquilo que tomamos como real se

estabeleceu. De inspiração foucaultiana, esta proposta metodológica se aproxima mais de uma perspectiva eminentemente ética acerca da relação a ser estabelecida entre sujeito e objeto do que de algum tipo de estratégia estável e segura para o sujeito do saber alcançar a verdade do objeto.

Foucault (1999) afirmava a singularidade de cada percurso investigativo trilhado por ele porque, na sua perspectiva, cada vez que ele empreende esta aproximação de algum objeto de seu interesse, ele busca perturbar e fragmentar as próprias convicções que estão na origem de sua curiosidade. Portanto, o caminho, se trilhado eticamente, necessariamente transformará tanto o objeto quanto o sujeito. Esta ética seria um compromisso maior de se “pensar contra o presente, no sentido de explorar seus horizontes e suas condições de possibilidade. Seu objetivo não é predeterminar o julgamento, mas torná-lo possível” (ROSE, 2011, p. 34).

A categoria foucaultiana “problematização” nos ajuda a entender esta forma proposta de se fazer uma história crítica. Revel (2005) a define como o conjunto de práticas discursivas e não-discursivas que insere alguma coisa no jogo do verdadeiro e do falso, constituindo esta coisa num objeto possível de ser pensado, portanto, de ser problematizado num determinado momento histórico. Problematizar é, então, se interrogar a respeito das condições em que algo se tornou de interesse seja da moral, seja do conhecimento científico, seja de qualquer outro regime de verdade que aborda de uma maneira singular um objeto.

Dentre as diversas referências pesquisadas, destaco as publicações do Clio-Psyché. Este programa do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da UERJ iniciado em 1998, dirigido pela pesquisadora Ana Maria Jacó-Vilela, desenvolve projetos e estimula produções que tratam da história dos saberes e das práticas psicológicas no Brasil. Seu papel é central na constituição de uma historiografia crítica a respeito da história da psicologia no Brasil.

Conforme proposto pela perspectiva metodológica de Foucault – entendendo metodologia muito mais enquanto modo de se entrar em contato com um objeto de estudo do que um caminho seguro para acessar a verdade (VEIGA-NETO, 2009) –, adoto um olhar inspirado no compromisso reiterado em buscar as singularidades históricas que nos trouxeram até aqui, até este ponto em que a inquietação com a constituição da clínica como modelo hegemônico da psicologia se constituiu. Para isso, é necessário investigar de forma crítica o contexto histórico em que esta situação se tornou possível, considerando os acontecimentos

que a antecederam de uma forma ampla. Empreendo este projeto alinhado ao posicionamento ético do projeto foucaultiano - o exercício de problematizar, de desestabilizar o presente de modo a poder abrir novas possibilidades para a expressão da liberdade.

O regime de verdade científico que ocupa lugar hegemônico nas democracias liberais ocidentais (ROSE, 2011) é o campo em que a psicologia sustenta sua credibilidade para propor verdades e práticas em relação à conduta humana. Desestabilizar este regime de verdade não deve ser confundido com sua deslegitimação. Pelo contrário. Desestabilizar se presta aqui a abrir o campo discursivo e de práticas de modo a que este esteja sempre permeável às especificidades históricas do aqui e agora.

Nesse sentido, é necessário investigar a gênese da psicologia e da clínica no Brasil. Diferentemente da pré-história psicológica tradicionalmente traçada a partir dos filósofos pré-socráticos, partimos do nascimento da psicologia dentro desta categoria geopolítica (ou categoria político-histórica) chamada "Brasil" cujas fronteiras espaço-temporais delimitam o território do presente trabalho. Considerando como marco inicial desta categoria geopolítica o chamado “descobrimento³” do Brasil em 1500, podemos passar a investigar o percurso histórico da psicologia a partir daí. A autora Marina Massimi (1990) é a principal referência para iniciar esta jornada.

³ Data do século XIX a controvérsia a respeito das circunstâncias históricas da chegada da frota marítima de Cabral ao Brasil: acaso, correntes marítimas ou uma suposta missão secreta estão entre as especulações acerca deste acontecimento. Independentemente de qual hipótese efetivamente ocorreu, Fausto (1995) considera que esta polêmica ocupa um lugar mais anedótico do que de compreensão do processo histórico. Portanto, se foi um descobrimento, um redescobrimento, a tomada de posse de território previamente conhecido, o que o mencionado autor considera relevante é reconhecer que, de qualquer forma, já havia significativa presença humana nestas terras quando ocorreu a chegada do colonizador europeu. Apesar da dificuldade na obtenção de dados demográficos mais precisos, Fausto (1995) afirma que os cálculos aproximados apontam para uma população indígena de pelo menos 2 milhões de pessoas no território que hoje corresponde ao Brasil e o Paraguai quando os portugueses aqui chegaram. Além disso, a própria noção de descobrimento do Brasil e mesmo das Américas opera segundo a lógica colonialista de que estas terras estariam vazias, abertas a ocupação e exploração colonial europeia, a despeito da presença de milhões de indígenas no continente.

PRÉ-HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL

A importância de Marina Massimi para narrar esta pré-história da psicologia no Brasil fica clara no comentário de Mitsuko Aparecida Makino Antunes, autora da obra "A psicologia no Brasil: Leitura histórica sobre sua constituição", também importante historiadora da psicologia brasileira:

Algumas informações sobre o pensamento psicológico produzido no período colonial podiam ser encontradas no artigo de Samuel Pfromm Netto, intitulado "A Psicologia no Brasil". Entretanto, somente a pesquisa pioneira realizada por Marina Massimi, concluída em 1984 [sua dissertação de *mestrado em psicologia*], trouxe extenso e minucioso estudo sobre essa temática [meu comentário entre colchetes](ANTUNES, 2014, p. 18).

Na obra intitulada *História da psicologia brasileira: da época colonial até 1934*, Marina Massimi (1990) apresenta o resultado desta sua investigação pioneira sobre a história da psicologia no Brasil partindo de um ponto pré-histórico, isto é, antes do início da psicologia desenvolvida dentro dos contornos do que se define como ciência.

"Pode-se falar em história da psicologia no Brasil sem entender com esta expressão uma mera projeção no contexto brasileiro de conteúdos e métodos elaborados alhures (sobretudo na Europa e nos Estados Unidos)?" (MASSIMI, 1990, p. 1)

Ao abrir o seu livro com esta pergunta, Massimi (1990) dá os primeiros indícios de um posicionamento político que ficará explícito mais adiante na introdução. A narrativa histórica que ela realiza está comprometida com o resgate das especificidades do desenvolvimento da psicologia no Brasil. Mais do que isso, ela está em franca oposição a uma perspectiva da história do Brasil em que, persistentemente, se desvaloriza a originalidade da contribuição nacional ao mesmo tempo em que se superestima o que vem de fora. Dessa forma, não se trata de uma mera historiografia, ela empreende um mapeamento dos elementos de originalidade do desenvolvimento da psicologia no Brasil. Através do olhar que ela nos propõe, podemos perceber sutilezas que tendem a escapar das narrativas oficiais. No entanto, ao declarar seu objetivo de contribuir para uma espécie de resgate da "autoestima nacional", devolvendo-lhe uma certa autoapreciação, podemos supor que seu olhar não tende necessariamente ao desvelamento, mas sim a uma revelação de uma suposta verdade redentora.

De certa forma, podemos pensar grosseiramente em termos de uma intervenção psicoterapêutica na identidade social calcada no modelo de intervenção na identidade do eu – ou do "self", como diria Nikolas Rose (2011). Diante do diagnóstico de que sofremos de uma percepção excessivamente negativa sobre nós mesmos, ela propõe, como iniciativa para

minimizar este sofrimento, que prestemos atenção no que temos de potente, de bom. Ela se alinha com uma bandeira de combate a um "complexo de inferioridade" (MASSIMI, 1990, p. 2) nacional. Resgatar aquilo que constitui "elemento de originalidade, de diversidade, de não-conformidade com os modelos prescritos pelas ideologias dominantes" (idem) permite "elaborar, a partir destes, um projeto autônomo de vida social e cultural" (ibidem). Soa como uma produção de conhecimento guiada por um compromisso com o princípio da soberania nacional e da autodeterminação dos povos. De novo, podemos apontar a semelhança com o objetivo das intervenções terapêuticas individuais (ou até mesmo em terapias de grupo) que convergem nesta tentativa de contribuir para o resgate da autonomia do sujeito, para sua capacidade de se autodeterminar.

Esta tentativa de cura de uma patologia da qual padeceria o Brasil tem uma expressão particular na história da psicologia. Semelhante ao conceito de "história recorrente" de Georges Canguilhem reapropriado por Rose (2011), Massimi (1990) considera que havia uma corrente abordagem, de inspiração positivista, na historiografia da psicologia tradicional que tendia a reduzir a psicologia apenas à desenvolvida na Europa e na América do Norte, omitindo sistematicamente os conhecimentos psicológicos em outras tradições culturais. Este tipo de narrativa histórica etnocêntrica perpetuaria uma relação desigual em que as formas particulares de produzir conhecimentos da cultura europeia e norteamericana servem de parâmetro ao qual outras tradições culturais são comparadas. Assim, manter-se-iam as relações de dominação metrópole-colônia na disputa do campo discursivo, nos critérios para se estabelecer como verdade. Comprometida com o ideal de uma psicologia enquanto promotora de consciência crítica e orientada por uma utilidade social, Massimi propõe buscar as raízes da psicologia brasileira a partir do papel que o interesse pela psicologia assumiu ao longo da história sócio-cultural do país. Enfim, focar aquilo que a psicologia brasileira tem de singular.

Ao mesmo tempo em que seu pioneirismo possibilita considerar aspectos pouco destacados em geral, ela não supera o maniqueísmo do nosso "complexo de inferioridade". Tendo em vista este posicionamento explicitado pela autora, podemos nos beneficiar da originalidade de sua obra sem nos iludirmos com os exageros do seu encantamento por quem supostamente seríamos.

Massimi (1990) busca as "origens remotas" da psicologia e de seu objeto de estudo investigando o "interesse pelo estudo da subjetividade e do comportamento no âmbito da

cultura brasileira" (MASSIMI, 1990, p. 5). Com esta definição amplificada do que se enquadraria como objeto de interesse na gênese da psicologia no Brasil, extrapolam-se as raízes iluministas do projeto científico da psicologia para reconhecer que a curiosidade pela experiência subjetiva e pela conduta dos seres humanos, ainda que sob diferentes regimes de verdade, é um aspecto relevante para se compreender como esta curiosidade, ou melhor, as perguntas que a partir dela se desdobraram, passaram a ser respondidas pela ciência psicológica em certo momento histórico.

A origem daquilo que viria a se tornar o que chamamos de Brasil é o encontro entre o colonizador europeu e os povos autóctones. Encontro marcado pela violência e pela dominação, proporcionou trocas, contaminações recíprocas, ainda que profundamente desiguais, nas formas de se relacionar com o fenômeno psicológico. É neste encontro entre as culturas européias e indígenas que Massimi localiza as origens do conhecimento psicológico no Brasil.

A desigualdade apontada neste intercâmbio cultural pode ser ilustrada pelos registros por meio dos quais contamos esta história. Tendo em vista que os povos autóctones não dominavam a escrita, a fonte de informações sobre este período é integralmente constituída pelos registros dos colonizadores europeus. Portanto, mesmo ao falar das ideias psicológicas dos nativos brasileiros, em verdade, estamos falando a partir do olhar europeu.

Infelizmente a pesquisa histórica, pelo menos no que se refere ao período colonial, não pode atingir este domínio, pela falta de uma tradição escrita e pelo pouco interesse do meio intelectual brasileiro no que diz respeito à preservação e transmissão da cultura indígena (sic.). Nesse sentido, qualquer reconstrução *a posteriori* permanece extremamente parcial e incompleta. O historiador se encontra, nesse caso, frente a um mundo destinado a permanecer quase totalmente desconhecido, pela falta de sinais que o possam documentar e representar, de forma adequada e direta, aos olhos do homem moderno." (MASSIMI, 1990, p. 13)

Nestes documentos, podemos constatar um misto de romantização das expressões culturais indígenas e de condescendência. O olhar do colonizador, especialmente dos jesuítas, revela uma suposta pureza nas formas de se relacionar consigo e com os outros entre os indígenas. É uma clara manifestação do mito do "bom selvagem", estado de natureza pré-civilizatório em que os vícios da humanidade estariam ausentes, uma espécie de paraíso. Significativamente presente nos relatos dos colonizadores em suas descrições dos povos autóctones do continente americano, este mito foi também central na construção de Jean-Jacques Rousseau acerca da natureza humana e das raízes da vida em sociedade.

Em suma, nas práticas educativas com relação às crianças, os índios brasileiros - cuja vida é descrita nos documentos do período colonial - revelam atitudes e conhecimentos em muitos

casos confirmados pelos resultados da psicologia moderna. As condições da vida social indígena aparecem como elementos que facilitam um desenvolvimento psíquico sadio e bem integrado em todos os seus fatores. A clareza acerca do significado e da positividade da vida, transmitida pelos adultos, permite à infância aquela alegria, vivacidade, abertura à realidade, muitas vezes observadas pelos missionários e viajantes, e relatada em seus diários de viagem (MASSIMI, 1990, p. 11).

Sugerir esta antecipação de um saber psicológico que seria chancelado mais adiante pela psicologia moderna é característica, em geral, de um projeto historiográfico que visa enaltecer o presente, como sugere a definição de “história recorrente” (ROSE, 2011). De forma inversa, no caso de Massimi (1990), aparentemente ela visa enaltecer o passado de modo a legitimar um modo de se fazer psicologia não necessariamente alinhado ao projeto hegemônico atual. Em sua busca por dar visibilidade à singularidade do modo de se pensar e fazer psicologia no Brasil, ela valoriza as ideias psicológicas indígenas, ainda que para isso ela acabe de certa forma acatando o reducionismo do olhar colonizador, invisibilizando a enorme diversidade cultural encontrada entre as muitas etnias que aqui habitavam e habitam.

Além de enaltecer o modo de vida indígena como ambiente propício a um “desenvolvimento psíquico sadio e bem integrado em todos os seus fatores” (MASSIMI, 1990, p. 11), a autora também faz uma leitura eminentemente positiva dos conhecimentos psicológicos encontrados entre os jesuítas. Segundo ela, o projeto psicopedagógico dos jesuítas aplicado no Brasil foi um sucesso. A criatividade e a abertura capaz de valorizar aspectos da cultura indígena seriam indícios deste sucesso. Finalmente, ela lamenta que tal projeto tenha sido abortado pelas reformas pombalinas e expulsão da Companhia de Jesus em 1759, interrompendo, assim, o desenvolvimento de uma experiência educacional singular que teve o grande mérito de conciliar potencialidades tanto da cultura colonizadora como da colonizada. Há aí o resgate de um pedaço da nossa história insuficientemente estudado e pouco valorizado. Portanto, dar-lhe destaque é uma forma de apontar para a possibilidade de se desenvolver uma psicologia originalmente brasileira em que as características constitutivas da nossa história sejam integradas e não rejeitadas sistematicamente como indícios de um suposto atraso. Esta visão que associa a influência de culturas não europeias ao atraso na nossa formação nacional será visto com mais detalhe quando tratarmos do processo de constituição da identidade nacional a partir do século XIX.

A importância das instituições religiosas para a cultura colonial ia além da experiência das reduções. Entre os séculos XVII e XVIII, os Sermões representavam importante instrumento de orientação para o manejo de si. Estes textos a princípio eram elaborados com a finalidade de uma educação religiosa, mas como a religiosidade da época estava

intrinsecamente relacionada com aspectos muito concretos dos cuidados de si, os Sermões traziam diretrizes para o comportamento externo e interno dos fiéis. Alguns traços dos princípios fundamentais da clínica psicológica aparecem nesse contexto: o autoconhecimento, o papel curativo da palavra e a escuta.

O saber sobre si mesmo aparece como meio para gerir as próprias ações. Para tanto, a colonização da vida interior por meio da palavra é que possibilita a produção deste autoconhecimento. A vivência interior será representada pelo sujeito por meio do seu discurso. Portanto, estabelece-se uma relação determinística entre fenômenos psíquicos e palavras, as palavras sendo determinadas pelas paixões⁴. Ao expressar a experiência interior por meio de um discurso, há um aperfeiçoamento do autoconhecimento e a possibilidade de uma catarse, isto é, uma libertação da emoção que até então dominava o sujeito. Nesta equação, o interlocutor se resume a um polo passivo de ouvinte que estimula a elaboração simbólica por meio de sua mera presença e atenção. “Como esclarece Siqueira, ‘o dar parte da pena he diminuir e aliviar a pena’ (1754, p. 369). Portanto, o relacionamento interpessoal e o diálogo assumem uma função terapêutica” (MASSIMI, 1990, p. 19).

O valor dado à palavra nesta tecnologia da alma praticada no seio da tradição católica, o reconhecimento da possibilidade de se diminuir o sofrimento do sujeito por meio da elaboração verbal, sugerem uma aproximação às tecnologias da alma da psicologia clínica moderna. No entanto, o papel atribuído ao ouvinte talvez seja a principal diferença. Neste contexto do Brasil colonial, o ouvinte exerce um papel passivo, já nos princípios da clínica psicológica, particularmente com a fundação da psicanálise, o ouvinte lança mão de um conjunto de técnicas para intervir nesta elaboração verbal do paciente. É importante ressaltar que Massimi (1990) privilegia a dimensão discursiva da psicologia (ideias psicológicas), portanto, as práticas (tecnologias) tratadas há pouco são, na verdade, deduzidas dos relatos documentais analisados pela autora.

Trata-se, em suma, de formas elementares de conhecimento e terapia da vida psíquica, que, todavia, não constituem disciplina ou técnica específicas, nem podem ser propriamente definidas como conceitos puramente filosóficos ou teológicos, e, sim, colocam-se no seio da preocupação com o ser humano e seus problemas existenciais, característica da cultura e da ética cristãs (MASSIMI, 1990, p. 23).

⁴ Massimi (1990) relata que as “paixões” eram tema recorrente na literatura religiosa do período colonial. Estas corresponderiam aproximadamente ao que hoje chamamos de “emoções”. O interesse pelo tema era eminentemente prático no sentido de se buscar meios de controlá-las tendo em vista que, se demasiado intensas, as paixões desencadeariam enfermidades no indivíduo que as sentia.

PREOCUPAÇÃO COM OS FENÔMENOS PSICOLÓGICOS NO SÉCULO XIX

Para pensarmos o percurso da psicologia no Brasil durante o século XIX, vamos lançar mão de algumas das principais historiadoras da psicologia brasileira: Marina Massimi (2008 e 1990), Ana Maria Jacó-Vilela (2008 e 2012) e Mitsuko Aparecida Makino Antunes (2012 e 2014). Marina Massimi nos oferece um enfoque preocupado em destacar sistematicamente os aspectos singulares do desenvolvimento da psicologia no Brasil. Já Ana Maria Jacó-Vilela opta por uma narrativa histórica externalista, isto é, considerando fundamentalmente o contexto histórico que determinou as condições para que a história se apresentasse de uma forma e não de outra. Finalmente, Mitsuko A. M. Antunes faz uma leitura eminentemente marxista, organizando sua narrativa em torno das contradições que, segundo ela, determinam a história da psicologia no país.

A virada do século XVIII para o XIX no Brasil traz alguns marcos históricos importantes. Podemos destacar especialmente dois: as Reformas Pombalinas e a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil.

As Reformas Pombalinas conduzidas por Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como o Marquês de Pombal, quando Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino de Portugal (1750-1777), são apontadas como ponto de inflexão na cultura intelectual do Brasil colonial. Entre as controversas diretrizes políticas do Marquês, constava a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas, a partir de 1759 (FAUSTO, 1995).

O processo de expulsão dos jesuítas aparece como evento particularmente significativo para a mudança da matriz de pensamento no Brasil-colônia. Segundo Fausto (1995), há indícios de que esta ordem religiosa chegou ao Brasil com Tomé de Sousa, primeiro governador-geral nomeado para administrar a colônia em 1549. Várias ordens religiosas atuavam com razoável autonomia no Brasil neste mesmo período. Com o objetivo de “converter índios e negros, e de inculcar na população a obediência aos seus preceitos, assim como aos preceitos do Estado” (FAUSTO, 1995, p. 61), franciscanos, mercedários, beneditinos, carmelitas e jesuítas cumpriam sua missão de expandir a fé católica, religião oficial do Estado português. No entanto, a Companhia de Jesus, ordem religiosa católica dos denominados jesuítas, se destacava pela significativa influência exercida na corte portuguesa. Portanto, considerando o papel decisivo da Igreja no projeto colonial português e, dentre os diferentes atores neste cenário, os jesuítas como principal ordem religiosa a atuar no contexto colonial, podemos evocar a relevância das ideias psicológicas propagadas pelos membros da

Companhia de Jesus no Brasil deste período. É neste cenário que podemos entender a expulsão dos jesuítas como um ponto de inflexão nos discursos a respeito da alma no país. Até então essencialmente aristotélico-tomista, isto é, a alma como elemento constituinte de uma unidade substancial com o corpo, esta "partícula divina" que supostamente nos habitaria passa a ser pensada mais a partir de seus atributos do que de sua ontologia. Ocorre neste período um ecletismo intelectual muito peculiar no país, fruto da lacuna deixada pela interrupção da hegemonia jesuíta na educação e na intelectualidade brasileira. A discussão acerca da alma divide espaço com perspectivas menos teológicas influenciadas pelo Iluminismo. Apesar de soarem contraditórias para um leitor do início do século XXI familiarizado com o caráter laico do pensamento moderno, surgem algumas ideias híbridas, conciliando o conceito de alma com o conceito de indivíduo secular - a alma como meio de fundar o sujeito moderno, responsabilizando-o por suas próprias ideias e comportamentos.

Seguindo a tradição dos Sermões, o discurso psicológico ainda se apresenta como discurso moral, alterando, no entanto, sua matriz filosófica. “A existência de uma alma no interior de cada um, capaz de arbitrar e agir em conformidade a uma moral que lhe é implícita, é uma tentativa de imputar ao sujeito autoridade sobre ele mesmo” (KEIDE & JACÓ-VILELA, 2008, p. 158). Há um anacronismo neste pensamento brasileiro em relação aos movimentos intelectuais ocidentais de vanguarda. Uma espécie de conciliação entre o clero não jesuítico e a aristocracia rural produz uma convergência entre a moral patriarcal e uma interpretação filosófica *sui generis* da alma e do sujeito, construindo assim as bases para os primórdios da produção literária de psicologia no Brasil. Desta forma, um mundo transcendental, em grande medida já superado pela sociedade ocidental, ainda se sustenta no país (KEIDE & JACÓ-VILELA, 2008).

Podemos afirmar que esta transformação no modo de abordar as questões da alma manteve, em alguma medida, o mesmo objeto de interesse, no entanto, se distinguindo inicialmente no modo de abordá-lo. Esta transição que apresenta alguma permanência nos permite reconhecer o percurso das preocupações com os fenômenos psicológicos, mas não deve nos iludir de maneira a nos fazer crer que o objeto se manteve de fato inalterado. Afinal, apesar de chamarmos de "alma", este conceito vai progressivamente sendo redefinido até um ponto em que talvez se o compararmos em diferentes momentos históricos será difícil reconhecer qualquer semelhança. É nesse sentido que a investigação do percurso histórico nos permite compreender melhor o presente, pois ela desestabiliza conceitos naturalizados oferecendo-nos a oportunidade de perceber a dimensão histórica das ideias intrinsecamente

associadas aos contextos em que elas são empregadas. Diante destas considerações, tentar identificar alguns elementos relevantes do percurso histórico acerca do interesse pelos fenômenos psicológicos, reconhecendo suas especificidades históricas, nos permite compreender melhor a gênese do presente.

Isto posto, reconhecendo a limitação daquilo que pode ser tratado como semelhança em diferentes momentos históricos, é possível apontar aquilo que se apresenta como a principal modificação. Se no período colonial prevalecia uma perspectiva religiosa eminentemente católico-teológica acerca da alma, já no século XIX, sob influência principalmente do Iluminismo, prolifera o gênero literário chamado de *tratados de higiene* (MASSIMI, 2008), com recomendações para cuidar tanto do corpo quanto da alma. As primeiras publicações de caráter científico apontam para uma inversão na relação corpo-mente. Para os autores brasileiros dos tratados de higiene, os males do espírito se originavam de uma desarmonia do corpo. Assim sendo, a ciência, especialmente a medicina, começava a estabelecer os fundamentos para substituir a ética, a filosofia e a teologia como fonte primordial de discursos e de técnicas a partir das quais os homens alcançariam uma felicidade perene (MASSIMI, 2008).

De modo a evitar uma leitura equivocadamente linear deste processo histórico, é importante apontar as contradições presentes nesta transformação do pensamento hegemônico. Se por um lado Massimi (2008) aponta a superação de um pensamento por outro, Keide & Jacó-Vilela (2008) mostram a resistência de uma forma de pensar em vias de superação se manifestando por meio de uma tentativa de conciliação com a novidade. Este tipo de acordo, ainda que epistemologicamente insustentável, teve, e talvez ainda tenha, um papel importante para se compreender a história do pensamento psicológico no Brasil. Este mesmo pragmatismo, que abdica da pureza das ideias por uma aparente priorização dos efeitos concretos de uma forma de pensar, aparece em diferentes momentos da história da psicologia no país. Aqui, uma associação entre as convicções religiosas do patriarcalismo rural e as inovações do pensamento iluminista; mais adiante, uma conciliação entre as ideias racistas e a necessidade de constituição de uma identidade nacional possível. Podemos enxergar aí um aspecto daquilo que Massimi (1990) sinaliza como uma singularidade do desenvolvimento da psicologia no Brasil para além da mera importação acrítica de ideias estrangeiras. Isso é um indicador da modernização singular e até paradoxal de nosso país.

A coexistência entre ideias diferentes produzindo diferentes resultados nos possíveis contatos entre elas é destacada por Antunes (2012). Segundo esta autora, o entendimento da história da psicologia no Brasil passa necessariamente pela compreensão do embate entre forças contrárias, que seria intrínseco ao processo de colonização. Assim, Antunes sugere que as contradições no pensamento psicológico são consequência do conflito inerente às relações de opressão da formação social do Brasil. Este embate proporcionou a produção de ideias psicológicas originais que compreendiam os problemas da realidade social como questão central de suas reflexões. Portanto, as questões problematizadas no período estão intrinsecamente ligadas às especificidades daquele momento histórico. Ora soluções para enfrentar a resistência à ordem estabelecida de modo a garantir sua manutenção, ora questionamentos ao status quo em busca da superação daquela ordem vigente, ou ainda apontando para uma atualização do modo de pensar em vista das inevitáveis modificações a que o processo histórico está sujeito.

Outro aspecto a ser destacado é a respeito dos atores que participam deste embate de ideias a que nos referimos. Caso contrário, correríamos o risco de sugerir que o Brasil inteiro tomava parte desta disputa ideológica, quando, na verdade, é exatamente o oposto que se sucedeu. Quando se afirma que o pensamento religioso resistiu à ofensiva das ideias originadas no movimento Iluminista, estamos necessariamente tratando de um tema que, apesar da extrema relevância para narrar a história da psicologia, ocupa um lugar absolutamente periférico quando se pensa no alcance desta disputa na totalidade da população brasileira. Quem de fato tomava parte desta discussão eram alguns padres, literatos, médicos e bacharéis, enfim, membros desta extremamente restrita intelectualidade urbana brasileira. Considerando que a população que vivia em áreas urbanas era minoritária e que, ainda entre os habitantes das cidades, havia uma minoria de letrados com acesso às obras de divulgação das ideias Iluministas, podemos constatar, portanto, a reduzida dimensão do fenômeno que abordamos. Esta disputa entre o pensamento teológico e o pensamento científico só vai produzir um impacto significativo na vida da maior parte da população muitas décadas depois quando se inicia um processo de urbanização mais intenso e um alcance maior da presença do Estado na conduta dos indivíduos. Isto posto, não é nossa intenção deslegitimar o tema, mas apenas dar a ele a sua real proporção.

Podemos afirmar que o fim da hegemonia jesuíta abriu as portas para correntes de pensamento de outras matrizes filosóficas dando origem a este caldeirão de ideias do fim do século XVIII e início do século XIX. Mas, certamente, foi a transferência da Coroa

portuguesa para o Brasil, alterando o status de mera colônia para centro político do Reino, que estabeleceu as condições políticas para que uma revolução intelectual se concretizasse no país, como é apontado por Antunes (2012).

A vinda da coroa portuguesa para o Brasil ocorreu dentro do contexto da guerra entre Napoleão e a Inglaterra. Após conseguir assumir o controle de praticamente toda a Europa ocidental, Napoleão determinou um bloqueio comercial à Inglaterra, impedindo-a de realizar transações comerciais com o continente europeu. Portugal descumpriu tal determinação de Napoleão, o que motivou a invasão de Portugal por tropas francesas em 1807. Diante da iminente invasão do país, o Príncipe Regente português, Dom João, resolveu transferir a Coroa portuguesa para o Brasil. Milhares de pessoas vieram às pressas a bordo de navios portugueses sob a proteção da marinha inglesa (FAUSTO, 1995).

Todo um aparelho burocrático vinha para a Colônia: ministros, conselheiros, juizes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do exército e da marinha, membros do alto clero. Seguiam também o tesouro real, os arquivos do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas que seriam a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (FAUSTO, 1995, p. 121).

A importância atribuída a este episódio reside no fato de que ele está na gênese da saída da condição colonial do Brasil. Embora não se possa negar a importância histórica de uma série de movimentos emancipatórios brasileiros anteriores (FAUSTO, 1995), a vinda da Coroa portuguesa para o Brasil estabeleceu de fato as bases para uma nova possibilidade de país (JACÓ-VILELA, 2012).

A transferência da sede do reino português para o Rio de Janeiro redundou em profundas transformações nos mais diversos aspectos do Brasil (ANTUNES, 2012). Economicamente, a abertura dos portos brasileiros às nações amigas significou um enorme impulso para a circulação de riquezas na ex-colônia recém promovida ao status de metrópole. Antes monopólio português, as transações comerciais com outras nações estavam doravante permitidas. Comerciantes de diversas partes do mundo vieram se aventurar nesse novo mercado (FAUSTO, 1995). De certa forma, o país, mais particularmente, o Rio de Janeiro, foi se inserindo aos poucos no cenário mundial. Começou a se formar uma nova burguesia. Modos e produtos que compunham os hábitos europeus passaram a se misturar com os antigos costumes coloniais (JOSEPHSON, 2003). Esta improvável coexistência entre o velho e o moderno mais uma vez se manifesta na história do Brasil, promovendo arranjos singulares.

A cultura nos núcleos urbanos, transformada pelo contato com hábitos de alhures, foi impactada também pelas novas instituições que surgem no Brasil como bancos, teatros, bibliotecas e academias literárias (FAUSTO, 1995). Estes fatores associados à impressão de livros e às primeiras faculdades fundadas em território brasileiro são decisivos para a mudança no panorama das ideias que circulam no país. No que tange às ideias psicológicas, a fundação das faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro em 1808, no mesmo ano da chegada da Corte portuguesa, são eventos decisivos para o processo de institucionalização e “cientificização” da psicologia no país (ANTUNES, 2008).

Se a vinda da corte produziu transformações econômicas, culturais, sociais e políticas, a Independência foi relevante especialmente no que tange a organização do Estado. Formalmente estabelecida em 1822, a Independência não foi tão pacífica quanto o senso comum sugere. No entanto, comparada aos movimentos emancipatórios da América espanhola, sem dúvida, pode-se dizer que o processo por aqui foi menos desgastante (FAUSTO, 1995).

A Independência brasileira não redundou imediatamente em grandes transformações na ordem política, social ou econômica. Estas mudanças aconteceram progressivamente, impulsionadas por movimentos políticos mais ou menos radicais e por importantes movimentos culturais do período (JACÓ-VILELA, 2012). Alguns episódios mais pontuais também representaram pontos de inflexão neste processo histórico, como o retorno da família real e parte significativa do aparato estatal a Portugal. De certa forma, a ameaça de abandono do projeto do Brasil enquanto nação autônoma exigiu uma reação, uma progressiva reorganização do aparato estatal administrativo e repressivo de modo a viabilizar a consolidação de sua autonomia, agora sob condição recém adquirida de Império (ANTUNES, 2014).

Durante o Brasil-Império ocorre um relativo impulso no sentido do país se constituir enquanto nação moderna. O Estado passa a atuar de forma mais interventiva na vida dos cidadãos. Para isso, tornam-se necessárias a produção de informações e a formação de um quadro técnico capaz de gerir estas informações subsidiando a implementação das ações necessárias ao projeto de modernização (JACÓ-VILELA, 2012). Antunes (2014) associa o estímulo à criação de cursos superiores no país neste período com a necessidade de formação de quadros estatais mencionada acima.

Mas o projeto de nação moderna se deparava constantemente com obstáculos, frustrando as expectativas que se realimentavam a cada marco histórico: Brasil sede do Reino, Independência, Brasil-Império, mais pra frente, Abolição, República, todos estes episódios estimularam o imaginário acerca do progresso do país. Desde os anos que se sucederam à vinda da família real portuguesa predominava o diagnóstico de que as origens de nosso suposto atraso se situavam fundamentalmente em nossas heranças coloniais lusitanas e africanas⁵. A solução, portanto, estaria necessariamente na recuperação do tempo perdido em relação às nações europeias mais avançadas. Naturalmente, num contexto em que a revolução do pensamento científico parecia a maior força a impulsionar o progresso das sociedades europeias, a principal estratégia utilizada para superar nosso atraso foi a importação sistemática, e frequentemente acrítica, das teorias explicativas da vanguarda intelectual europeia, apesar delas serem produzidas e tratarem de contextos, não apenas geograficamente, muito distintos. Portanto, a partir da perspectiva sugerida por Massimi (1990 e 2008), podemos considerar que havia um movimento intencional por parte de importantes atores políticos e intelectuais no sentido de promover uma mudança no modo de se pensar e, conseqüentemente, de interpretar a realidade nacional.

Nesse contexto, o saber é um dos instrumentos utilizados pelo poder político com o objetivo de criar uma ideologia e tecnologias apropriadas para garantir a unidade do corpo social e a adesão dos seus membros à lógica hegemônica. A criação de órgãos oficiais de transmissão e elaboração de conhecimento, como escolas, faculdades, academias, sociedades científicas, revistas, bibliotecas responde a tal finalidade. (MASSIMI, 1990, p. 29)

É dentro deste processo mais amplo de institucionalização do conhecimento no Brasil do século XIX que os primórdios da psicologia científica brasileira se inserem. Aliás, dentro da diversidade de narrativas históricas pesquisadas, este é um ponto consensual: o pensamento psicológico brasileiro do século XIX é marcado definitivamente pelo seu processo de sistematização e vinculação institucional (MASSIMI, 1990; ANTUNES, 2012; e JACÓ-VILELA, 2012).

De acordo com seu enfoque predominantemente externalista, isto é, focado nas condições que permitem um certo desenrolar dos eventos históricos, Jacó-Vilela (2012) nos

⁵ Antunes (2012) sugere que a ausência das heranças indígenas nos debates do século XIX estava relacionada à substituição dos indígenas pelos africanos como principal força de trabalho escrava para a empresa colonial. Sua resistência à submissão, intrinsecamente associada à preservação dos laços socioculturais dos nativos desta terra, teria motivado a importação de escravos africanos. A solução dada ao problema indígena teria sido a eliminação física. Durante o século XIX, o debate das heranças étnicas seria motivado pelas ideias racistas e pelo deslocamento entre o enorme contingente de negros escravos ou libertos e o novo modelo econômico que progressivamente prescindia da força de trabalho escrava.

lembra que este processo de institucionalização do pensamento psicológico foi profundamente influenciado pelo recente sucesso do método das ciências naturais. Ao viabilizar a apresentação de explicações inteligíveis para os fenômenos que estudavam e, a partir delas, desenvolver técnicas eficientes de controle destes mesmos fenômenos, o método das ciências naturais parecia ser o caminho mais seguro para oferecer meios de compreender e intervir também em fenômenos sociais. Esta ascensão do projeto científico alcançou o Brasil com força durante o século XIX. É neste contexto que observamos a progressiva superação das explicações teológicas pelas científicas, já mencionada quando se esboçou o percurso das transformações a respeito do conceito de “alma” na transição do século XVIII para o XIX.

Positivismo

A chegada do positivismo ao Brasil durante a segunda metade do século XIX contribuiu significativamente para o estabelecimento de um novo regime de verdade em que o discurso científico passa a ocupar posição hegemônica (JACÓ-VILELA, 2012). Segundo o pensamento positivista, o conhecimento humano estaria determinado a se desenvolver linearmente de um estado mais primitivo para um mais sofisticado. O mais primitivo seria o pensamento teológico em que as causas dos fenômenos naturais seriam atribuídas a agentes sobrenaturais que comandariam os acontecimentos a partir do exercício insondável de sua vontade (KEIDE & JACÓ-VILELA, 2008).

Este estado de desenvolvimento do pensamento humano era atribuído aos povos considerados então primitivos, como as nações indígenas que povoavam o Brasil e as diferentes etnias das quais foram arrancados os africanos para serem escravizados por aqui, por exemplo. Nesse sentido, podemos perceber uma significativa convergência entre as ideias que circulavam pelo mundo ocidental na época. Antes ainda da chegada do positivismo ao país, tal ideia de superioridade da racionalidade de origem europeia já se fazia perceber, por exemplo, no famoso estudo de José Bonifácio de Andrada e Silva de 1823: *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Brasil*. Nesta obra, o autor defende um processo intencional e racional de adaptação dos índios ao modo de vida ocidental. Primeiro, entender como funcionam, como pensam, para depois intervir, promovendo as transformações para que se tornem quem eles precisam ser, segundo o projeto civilizatório ao qual José Bonifácio se alinhava (MASSIMI, 2008). Muito distante de qualquer questionamento moral acerca desta abordagem, havia um ar de salvação nesse processo por promover a ascensão destes supostos ignorantes a um sistema de pensamento superior.

A segunda etapa do desenvolvimento linear do conhecimento humano, segundo o positivismo, seria o pensamento metafísico em que a posição do sujeito pensante já saiu de uma completa submissão aos desígnios do sobrenatural. Nesta etapa, já há a possibilidade de se tecer algumas explicações acerca das causas dos fenômenos, ainda que regidas por uma lógica essencialmente metafísica (KEIDE & JACÓ-VILELA, 2008).

Finalmente, segundo o positivismo, o último estado evolutivo do conhecimento humano seria o positivo ou científico. O *Curso de Filosofia Positiva*, obra de autoria de Auguste Comte publicada em diferentes volumes ao longo da primeira metade do século XIX:

(...) consolida as características definitivas do conhecimento como metódico, objetivo e preciso, combinando raciocínio e experiência, buscando leis e teorias, afirmando a ciência como único tipo válido de saber, o que a tornava tutora do mundo e dos homens. Estavam garantidas a posição inviolável do cientista com o seu saber classificador e a do objeto, perseguido em sua mais autêntica significação. (KEIDE & JACÓ-VILELA, 2008, p. 160)

Diferentemente do que em geral se ouve a respeito do positivismo, Keide e Jacó-Vilela (2008) fazem importante ressalva a respeito do pensamento de Comte. Desconsiderando alguns aspectos menos significativos na sintética narrativa biográfica a respeito de Auguste Comte, podemos nos centrar no argumento a respeito das acusações de cientificismo feitas ao fundador do positivismo. Segundo os autores, o reducionismo cientificista deveria ser atribuído a Émile Littré, e não a Comte. Este discípulo dissidente seria o responsável por promover uma versão vulgarizada das ideias originais do positivismo. Apesar da aparente pouca relevância destes parênteses biográficos, em realidade, eles nos permitem reafirmar o caráter complexo do saber e de seus percursos. A tendência a fazer afirmações categóricas e estáticas a respeito de ideias e seus autores nos afastam da qualidade dinâmica do saber que vai se transformando na medida em que ele é reinscrito no mundo em novos contextos, servindo a novas finalidades, realizando novas alianças frouxas com os autores que se apropriam destas ideias. Este mesmo raciocínio é central na compreensão do positivismo no Brasil. Ao chegar aqui, o conjunto de ideias propostas por Comte e modificadas por Littré vai ganhar contornos ainda mais distantes das ideias originais do autor.

Neste sentido, cabe lembrar o brilhante “anti-prefácio” escrito por ocasião da reedição da obra *História da loucura*. Foucault (2005) afirma que o prefácio seria a primeira expressão da tirania do autor a respeito da interpretação das suas ideias. O novo prefácio que lhe haviam pedido para escrever seria uma tentativa desonesta de reinserir sua obra na atualidade como se ela antecipasse de alguma forma o que estaria acontecendo naquele momento. Ao invés disso, Foucault (2005) propõe suprimir o anterior e reconhecer que o livro ou a ideia

não passam de um evento minúsculo que só permanece vivo na medida em que se desdobra em novas leituras, em duplos que não são nem idênticos ao que foi um dia dito nem completamente outro dissociado do discurso original. Assim, o autor nos remete à dimensão histórica das próprias ideias, nos prevenindo da tentação de supor verdades estáveis que permaneceriam inalteráveis no decorrer da história.

Como mencionado anteriormente, o positivismo chega ao Brasil durante a segunda metade do século XIX. Para sermos mais precisos, podemos recorrer a *O Positivismo no Brasil: 200 anos de Auguste Comte*, de autoria de Mozart Pereira Soares (1998). Nesta obra, o autor indica que a chegada desta corrente filosófica ocorreu mais cedo e de forma mais difusa do que se pensava. Imaginava-se, durante muito tempo, que ela teria acontecido por meio do ensino de ciências exatas, matemática e astronomia na Escola Militar e da Marinha de Guerra, no Rio de Janeiro. No entanto, Soares (1998) nos revela que Lins (1967) localiza o primeiro positivista brasileiro já em 1844, apenas dois anos após a publicação do último volume do *Curso de Filosofia Positiva* (1842). Justiniano da Silva Gomes defendeu uma tese de biologia chamada *Plano e Método de um Curso de Fisiologia* em que faz referências explícitas ao método positivo, seu fundador, Auguste Comte, e aos princípios do pensamento positivista. De qualquer forma, é importante destacar que a penetração do Positivismo nos meios intelectuais brasileiros se deu de forma muito intensa e não restrita a uma área, como revela a citação de Soares (1998):

O que ele [Comte] não contava é que viesse a ser o Brasil o país em que encontraria o mais favorável dos ambientes para exercer sua influência cultural, filosófica, científica, política e religiosa, a ponto de marcar incisivamente sua presença nas instituições sociais e de haver determinado o surgimento, até aqui, do único templo para suas prédicas (...) (SOARES, 1998, p. 87).

Esses novos modelos científicos de origem europeia que chegam ao Brasil, como é o caso do positivismo, convergem com um progressivo abandono do “discurso da alma”. Discursos fundamentados na ciência biológica passam a desempenhar um papel central na localização das funções psíquicas no corpo físico dos seres humanos. Este tema, aliás, as relações entre o físico e o moral – nova categoria para dar conta do que antes era tratado como alma – é muito significativo do tipo de problematizações que eram feitas pela ciência nesse período histórico (JACÓ-VILELA et al, 2004).

Se as produções sobre a alma advêm principalmente do clero, a nova ciência é uma construção dos médicos, normalmente filhos de grandes latifundiários, com algum tipo de formação na Europa – no início, sobretudo na França –, de onde voltam imbuídos de “um bando de novas ideias” (Romero, 1926): evolução, materialismo, progresso, positivismo, ciência e, por que não? Psicologia (JACÓ-VILELA, 2012, p. 33).

Portanto, quando falamos acerca da institucionalização da psicologia no século XIX, estamos falando deste processo de apropriação das temáticas psicológicas por campos de conhecimento científico. Estamos nos referindo a esta transição entre uma forma de produzir conhecimento para outra. As reflexões psicológicas que antes eram fundamentalmente de interesse da filosofia, da religião e da moral, passam a ser pensadas a partir de uma base material, fisiológica. A medicina, em especial, se dedica a estas investigações.

Medicina

Portanto, considerando-se que a psicologia era tema recorrente de interesse da medicina durante o século XIX, a história do desenvolvimento da ciência médica no Brasil nos fornece importantes indícios acerca das raízes da psicologia brasileira.

A criação das faculdades de medicina no Brasil fazia parte do projeto civilizatório implementado no país pela família real de Portugal com o objetivo de tornar esta longínqua colônia um lugar habitável pela alta sociedade portuguesa (JACÓ-VILELA et al, 2004; TERRA, 2014). Contudo, alguns aspectos merecem ser destacados para que não façamos uma narrativa excessivamente linear, sem nos atentar para as nuances.

Apesar da instituição das faculdades de medicina, no início do século XIX, algumas práticas essenciais ao desenvolvimento do conhecimento acerca do corpo humano, como a vivissecção e outros procedimentos experimentais e empíricos, encontraram grande resistência para serem implementados no Brasil por entrar em choque com preceitos religiosos. A influência do pensamento religioso no Brasil, portanto, atrasou em algumas décadas a adoção de técnicas e conhecimentos que já faziam parte do repertório da medicina europeia. A dificuldade de modernizar a cultura do país também se revelava na grande concorrência que os médicos enfrentavam de representantes de outras tradições nos cuidados com o corpo e a alma: curandeiros, curadores, pajés, padres e boticários, entre outros (JACÓ-VILELA et al, 2004).

Outro ponto relevante é a precariedade destas tais faculdades de medicina que, supostamente, trariam para o país o que havia de mais moderno no conhecimento científico da época. Faltavam itens básicos para o ensino da medicina: instrumentos, drogas, vasilhames, etc. Para ilustrar estas dificuldades estruturais, podemos mencionar o fato de que a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro só passou a ter sua própria sede no século XX, mais

precisamente, em 1918, portanto, praticamente um século depois de sua fundação (JACÓ-VILELA et al, 2004).

Esta situação em que, por um lado, se busca um alinhamento com um modo de se pensar e agir europeu considerado ideal e, por outro, encontram-se as dificuldades de realizar esta transição em decorrência das particularidades do nosso contexto e do processo histórico brasileiro, se apresenta mais uma vez. O desejo utópico de superação da herança colonial se depara com as resistências inerentes ao desconhecimento em relação a uma realidade que se busca transformar. Este tão “famigerado legado maldito” das nossas raízes coloniais é muito mais do que um conjunto de defeitos. É um modo próprio de se viabilizar a existência, de se constituir enquanto pessoa e de se dar inteligibilidade sobre os eventos que nos interpelam.

Neste ponto, vale lembrar o cenário que se configurava na primeira metade do século XIX. Cidades caóticas que cresciam desordenadamente com condições precárias de vida para a maior parte de seus habitantes passavam a ser escrutinadas por um novo olhar, um modo de se pensar a realidade que problematizava o corpo social e seu funcionamento. O pensamento científico era um dos pilares deste olhar. A ciência ofereceria ferramentas para interpretar esta realidade social e para realizar intervenções no intuito de transformá-la. Considerando que a precariedade da vida da maioria esmagadora da população que vivia no Brasil do século XIX não se distinguia muito do período colonial, podemos deduzir que a principal condição para que a questão da salubridade fosse problematizável não foi a suposta piora nas condições de vida das pessoas, mas sim a constituição de uma elite urbana com novas referências de como deve ser uma cidade e como as pessoas devem se comportar nestes espaços, associada a um aparato intelectual que permitia pensar estes mesmos espaços propondo estratégias para deixá-los mais próximos do que se almejava. Estamos falando das origens do higienismo e da medicina social.

As elites letradas referiam-se às imundícies físicas e morais, estas relacionadas às várias personagens urbanas, como “leprosos, loucos, prostitutas, mendigos, vadios, crianças abandonadas, alcoólatras”. Foi nessa situação que surgiu, segundo Machado, Loureiro, Luz e Muricy (1978), a Medicina social, mais preocupada com a saúde do que com a doença, com a prevenção do que com a cura, pautando-se nos ideais de normalização e higienização social, com vistas à eliminação da desordem e dos desvios, sendo proposta, nesse sentido, a higienização de hospitais, cemitérios, quartéis, bordéis, prisões, fábricas e escolas. (ANTUNES, 2012, p. 50)

A medicina social seria, então, esta expressão da ciência médica que visava criar condições para a saúde do corpo social. Nesse sentido, fazia uma série de recomendações para garantir que as causas dos males fossem eliminadas e os comportamentos que promoveriam a

saúde fossem multiplicados. Livia Maria Terra (2014) nos ajuda a compreender esta medicina social praticada no Brasil ao nos fornecer elementos sobre as origens europeias da medicina moderna.

A transição entre a medicina clássica e a moderna ocorrida na Europa está intimamente relacionada à industrialização e ao desenvolvimento da ciência já no século XVIII. O corpo humano passou da posição teológica, que o via como carne fonte de pecado, mero suporte para a alma, para a posição de recurso a ser preservado em nome da produtividade essencial ao progresso capitalista. Isto permitiu que o olhar científico se debruçasse sobre os corpos com o mesmo des pudor com que olhara para outros objetos de interesse das ciências naturais. A partir desta autorização moral para o escrutínio dos corpos, foi possível produzir um conhecimento do corpo humano sistematizado numa linguagem racional.

A visão iluminista, que depois se solidificou nos princípios da filosofia positivista, acerca da inevitabilidade da superação de um pensamento primitivo e do desenvolvimento do pensamento científico (SOARES, 1998) pressupunha também que, ao se avançar no “verdadeiro” conhecimento a respeito do mundo, seria possível resolver os problemas de forma definitiva (TERRA, 2014), alcançando, assim, uma espécie de paraíso terrestre, mas numa versão secular e científica. Isto significava, portanto, que o conhecimento preciso das origens dos males que afligiam os corpos criaria condições para a extinção destes mesmos males. Desta forma, a medicina teria uma função social precípua para o progresso da sociedade.

Este compromisso social do exercício da medicina moderna na Europa permite afirmar, como propõe Foucault no “Nascimento da clínica”, que a medicina moderna já nasce social no século XVIII (TERRA, 2014).

Diferentemente do contexto europeu, o Brasil experimentou o estabelecimento das condições necessárias para o início da transição para a modernidade quase um século depois. Como apontado anteriormente, apesar de podermos associar a abertura para a vanguarda do pensamento europeu e a inauguração de um projeto de nação moderna com a chegada da família real portuguesa em 1808, este processo não foi imediato. Estamos, mais uma vez, falando da complexa relação entre uma cultura estabelecida com bases no modelo colonial – agrário, escravocrata, patriarcal e profundamente dependente economicamente – e a tentativa de implementar ideias e práticas importadas de contextos profundamente distintos –

liberalismo, positivismo, ciência e capitalismo. Nesse sentido, a despeito da fundação das faculdades de medicina no Rio de Janeiro e na Bahia na primeira metade do século XIX, Terra (2014) chega a afirmar que a medicina brasileira só encontrará de fato legitimidade e estatuto científico no fim deste mesmo século.

Em consonância com esta afirmação de Terra (2014), Jacó-Vilela (2012) aponta de forma crítica para a tendência cientificista do Brasil oitocentista. Com isso, ela está se referindo à apropriação abusiva de estatuto científico por autores que queriam dar credibilidade às suas ideias e práticas sem, no entanto, sustentarem de fato suas afirmações no método preconizado pelas ciências. É neste contexto que ocorre o encontro frutífero entre a visão hegemônica no período – que considerava organizar as cidades, eliminando todos os elementos de desordem, um passo fundamental para civilizar o Brasil – e a possibilidade de aplicar aos fenômenos sociais o método de investigação das ciências naturais. É a chamada medicina social que fará precipuamente este papel.

A preocupação com os desvios de conduta era um dos temas mais relevantes na busca por higienizar as cidades. Era necessário entender as raízes da delinquência para poder livrar as cidades daquilo que era considerado uma epidemia social. No entanto, diferentemente do mito científico das ciências naturais – em que se busca a revelação das leis de funcionamento dos objetos de estudo ocultas por trás da superfície visível –, no caso dos fenômenos sociais investigados pela ciência, como a criminalidade, “o século XIX assistiu a um verdadeiro processo de naturalização da cultura popular” (MASIERO, 2002 p. 68). Entre outras ideias propagadas na Brasil da época revestidas da aura científica, é importante citar a frenologia proposta por Franz Joseph Gall.

Já em 1841, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Antonio Pereira D’Araujo Pinto apresentava uma tese sobre frenologia, a doutrina criada por Gall ao final do século XVIII que procurava estabelecer a localização cerebral das diferentes faculdades humanas: “para cada faculdade especial, para cada instinto primitivo, para cada sentimento particular, há no cérebro um órgão próprio, uma circunvolução que, pela sua proeminência, se revela na forma exterior do crânio” (Gonçalves de Magalhães, 1876, p. 10). (JACÓ-VILELA, 2012, p. 33)

Esta biologização das faculdades psíquicas, antes associadas à alma, expressa o processo mencionado anteriormente de progressiva superação das explicações metafísicas para o comportamento humano. A frenologia teve grande influência para a explicação dos desvios de conduta, lançando mão de uma falácia tautológica em que se buscava – e, inevitavelmente, se achava – na forma do crânio daquele que apresentava uma conduta desviante, as evidências de sua predisposição para delinquir.

Além disso, prosperava também no Brasil a ideia de uma hierarquia entre as raças. Pode-se supor que as origens das ideias racistas estão intimamente relacionadas à nossa história escravocrata. Mas é importante frisar que no decorrer do século XIX, encontrava-se um suporte científico para estas ideias. As teorias racistas se fundamentavam na classificação dos seres humanos a partir da categoria “raça” enfatizando as diferenças fenotípicas entre os grupos. O aparente triunfo do Iluminismo alimentou a convicção de superioridade europeia em relação a outras raças supostamente menos desenvolvidas (MASIERO, 2002).

Masiero (2002) também nos lembra do impacto da publicação da “Origem das espécies”, de Charles Darwin, em 1859. Apesar de Darwin ter se restrito a interpretar os dados obtidos a partir de suas investigações, houve uma apropriação de suas ideias para justificar a dominação de um povo sobre outro. O chamado “darwinismo social” transferia o raciocínio da seleção natural das espécies para explicar as diferenças humanas a partir de uma biologização do social.

Juntamente com estas teorias explicativas das diferenças humanas a partir de supostas “características raciais” ou de uma “predisposição inata ao mal” identificável na forma do crânio, também prosperavam no pensamento científico brasileiro teorias que atribuíam ao ambiente insalubre as raízes dos desvios morais (MASIERO, 2002).

Estas ideias que circulavam nos meios intelectuais, especialmente, nos meios médicos, nos oferecem um panorama que, apesar de não ser exaustivo, nos dá indícios de como a medicina abordava os temas psicológicos durante o século XIX.

Medicina e psicologia

Depois desta contextualização, podemos recorrer a Marina Massimi (1990) que organiza esta relação entre a medicina e a psicologia de uma forma sintética e bastante esclarecedora. O Brasil que se estruturava como nação moderna passava a adotar estratégias de controle sobre os indivíduos e sobre a população em vista da promoção de uma ordem social necessária ao alcance dos objetivos de progresso nacional. Evidentemente, a estruturação deste projeto não acontece do dia para a noite. Muitos obstáculos se apresentaram ao longo do caminho como mencionado anteriormente. Mas, ainda assim, vale esta contextualização histórica proposta por Massimi (1990) por nos apontar uma direção para qual se enveredavam esforços institucionais.

Portanto, num momento histórico em que a medicina ocupava lugar de destaque na capacidade de produzir conhecimentos e intervir sobre a conduta humana, os médicos foram convocados a cumprir uma função normalizadora, isto é, garantir que os indivíduos se integrassem adequadamente no organismo social, contribuindo com o progresso nacional. Aí, ocorre uma sobreposição no discurso médico entre adaptação do indivíduo ao corpo social e bem estar pessoal e coletivo. Ou seja, em convergência com uma perspectiva foucaultiana, podemos afirmar que a inserção social ordeira torna-se sinal de saúde, já a rebeldia passa a ser sinal de doença (ROSE, 2011). É nesse sentido que mencionamos anteriormente a associação entre a moral e a medicina. Se é concedida aos médicos a capacidade de avaliar objetiva e cientificamente a moralidade da conduta humana, passa a ser também de sua alçada intervir de modo a corrigir os comportamentos desviantes.

Dessa forma, não é de se estranhar que Massimi (1990) nos revele que a loucura – ou a alienação, como era chamada à época – fosse um dos temas de maior interesse dos médicos, como evidenciam as inúmeras teses de doutoramento dos formandos em medicina, que versam sobre este assunto, repertoriadas pela historiadora da psicologia. Nestes e em outros documentos objeto de investigação da pesquisadora, ela encontrou vasto material sobre temas psicológicos, os quais dividiu em duas grandes categorias: os estudos sobre o psiquismo a partir de indícios objetivamente verificáveis, como o formato do crânio e o comportamento, por exemplo; e a aplicação prática destes conhecimentos com o objetivo de alterar as faculdades psíquicas direcionando o indivíduo a um comportamento “saudável” – lembrando que a saúde, aqui, se refere muito mais a adequação ao ordenamento social do que a uma sensação subjetiva de bem estar.

Para conhecer o “homem moral”, os médicos recorrem a diversos métodos. Entre eles, chamam a atenção os métodos de investigação comparados por Massimi (1990) a verdadeiros “interrogatórios policiais”. De fato, o indivíduo era submetido a exaustivas sessões de perguntas sobre todos os assuntos de sua vida, sem pudores, e a minuciosas observações de seu comportamento. Nesse caso, percebe-se alguma semelhança com o procedimento da anamnese clínica, comum tanto à psicologia quanto à medicina contemporânea, tendo, talvez, como diferenças fundamentais com relação aos métodos da psicologia clínica do século XX, tanto o pressuposto da construção do vínculo entre o profissional e aquele que é submetido às perguntas, quanto o discurso acerca da busca de uma relação horizontal entre ambos. Neste método utilizado pelos médicos do século XIX para desvendar as causas da alienação, há uma verticalidade inquestionável tendo-se em vista a tarefa atribuída aos médicos de “aperfeiçoar a

raça humana” por meio de seu conhecimento científico da moral, portanto, supostamente irrefutável.

Ainda assim, havia uma recomendação quanto aos métodos terapêuticos implementados pelos médicos de que se buscasse conquistar a confiança do paciente. Mas nada que se compare ao papel ativo dos clientes da psicologia clínica contemporânea, pois, ao paciente, era tão somente demandado que se submetesse às técnicas de intervenção. Portanto, seu papel, com frequência, se resumia a aceitar e confiar, não a se colocar ativamente no processo.

No bojo destas estratégias de intervenção sobre os alienados, podemos destacar a criação dos hospícios no Brasil. O hospício Pedro II foi inaugurado no Rio de Janeiro em 1852. Considerado um marco nas ações de higienização da cidade, sua função consistia em retirar de circulação indivíduos com potencial de promover a desordem. A própria reclusão destes indivíduos já era considerada uma estratégia de cuidado, pois afastava o portador de “moléstias morais⁶” (sic.) dos ambientes que poderiam estar na origem de sua enfermidade. Considerando estas duas dimensões do hospício – as dimensões de cidade e de higienização – podemos afirmar que havia grande diversidade de práticas coexistindo nestes espaços: algumas de caráter médico-psiquiátrico e outras meramente reclusivas (JACÓ-VILELA et al, 2004; MASSIMI, 1990; ANTUNES, 2014).

Assim como na França, Massimi (1990) afirma que a psiquiatria brasileira surgiu a partir da fundação do hospício. Isto significa dizer que foi a reclusão daqueles que produziam a desordem social, por se comportarem de modo a aviltar a moral vigente, que gerou as condições de observar e produzir conhecimentos sobre a loucura. Estes conhecimentos acerca das causas da alienação e, numa perspectiva mais ampla, do campo das determinações causais dos fenômenos psíquicos, abrange as mais diversas dimensões da vida humana: as relações familiares, a educação, as condições de salubridade, o clima, a hereditariedade, enfim, um campo tão amplo que torna o domínio da psicologia médica um novo tipo de conhecimento global do ser humano.

⁶ As “moléstias morais” se referem, aqui, à nomenclatura adotada pela medicina brasileira durante o século XIX para abordar perturbações nas faculdades intelectuais e afetivas do indivíduo (MASSIMI, 1990). Atribuir aos fenômenos de ordem psíquica um caráter moral está intimamente relacionado à associação feita na época entre condutas condenáveis do ponto de vista moral com condições patológicas. A ciência assumira o papel de guardiã precípua da moralidade pois supostamente sustentava a distinção entre certo e errado em pressupostos científicos. Portanto, as moléstias morais seriam aquilo que diferenciava o estado moral do ser humano normal daquele apresentado pelo portador da moléstia, o homem alienado.

Nesse sentido, a medicina brasileira do século XIX (...) aborda não apenas as dimensões físicas e morais da vida subjetiva, mas também as relações desta com o próprio meio, prolongando-se ao ambiente natural e social. Portanto, a medicina representa uma área privilegiada para o desenvolvimento de conhecimento e práticas psicológicas fundamentados no método científico. De uma certa forma, o objeto da psicologia clínica, entendida na significação moderna do termo, define-se nesse âmbito. (MASSIMI, 1990, p. 54)

O desenvolvimento de uma abordagem científica para os fenômenos psicológicos dentro da ciência médica estabeleceu os fundamentos para a progressiva autonomização do saber psicológico. Este processo ocorre no fim do século XIX e início do século XX com a distinção entre os campos da psiquiatria e da psicologia. Além disso, foram determinantes para este processo de constituição da psicologia enquanto ciência autônoma, a influência das ideias produzidas nos países que representavam a vanguarda intelectual do mundo ocidental. Em especial, podemos destacar o pensamento psicológico oriundo do continente europeu e dos Estados Unidos⁷, onde já se constituía a psicologia científica como campo autônomo (ANTUNES, 2014).

⁷ Também ali, como demonstra Rose (2011) a gênese das ciências psi esteve referido a tecnologias de manejo das subjetividades problemáticas.

CIÊNCIA PSICOLÓGICA AUTÔNOMA

De modo a contextualizar este novo momento da história da psicologia no Brasil, podemos destacar dois acontecimentos históricos que marcam este período: a Abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889. Mas Fausto (1995) nos ensina que ambos representam muito mais marcos simbólicos do que episódios que produzem uma inflexão radical na história do país.

A abolição da escravatura é amplamente questionada do ponto de vista de suas consequências práticas. O fim da escravidão se desenhava desde a Independência em 1822, quando a Inglaterra, principal aliado político e econômico do país, começara a pressionar o recém instituído Brasil-Império para que abolisse o regime escravocrata. Nesse sentido, já em 1826, ambos países assinaram um tratado que determinava a ilegalidade do tráfico negreiro com destino ao Brasil dando um prazo de três anos para que o país se adequasse. No entanto, prevalecia uma opinião generalizada entre a população livre de que o fim da escravidão poderia representar um colapso social e econômico. Segundo Fausto (1995), esta impressão tinha fundamentos pois não se constituía até então nenhuma alternativa viável ao trabalho escravo. A extinção do tráfico negreiro só se materializou de fato em 1850, após a intensificação da pressão inglesa por meio de ações concretas de interceptação de embarcações que contrabandeavam escravos, inclusive em águas territoriais brasileiras.

Ainda assim, a escravidão permaneceu como base da produção agrícola nacional até alguns anos antes da Abolição. Após a proibição do tráfico ultramarino, prosperou o mercado escravo interno para abastecer a pujante cultura cafeeira na região Centro-Sul do Brasil. Entre a lei do Ventre Livre (1871) e a Abolição (1888) – portanto, num período de quase vinte anos – é que a alternativa do fluxo migratório de trabalhadores livres europeus se constituiu.

Apesar das variações de acordo com as diferentes regiões do país, a abolição da escravatura não eliminou o problema do negro. A opção pelo trabalhador imigrante, nas áreas regionais mais dinâmicas da economia, e as escassas oportunidades abertas ao ex-escravo, em outras áreas, resultaram em profunda desigualdade social da população negra. Fruto em parte do preconceito, essa desigualdade acabou por reforçar o próprio preconceito contra o negro. Sobretudo nas regiões de forte imigração, ele foi considerado um ser inferior, perigoso, vadio e propenso ao crime; mas útil quando subserviente (FAUSTO, 1995, p. 221).

Em relação à Proclamação da República, Fausto (1995) define a transição entre a Império e a República como “um passeio⁸”. Havia um amplo consenso entre as oligarquias

⁸ Uma outra dimensão desta transição do Império para a República é analisada por Carvalho (1987). Inspirado pela célebre observação de Aristides Lobo num artigo publicado em 1889 em que destaca a passividade do povo que assiste atônito à Proclamação da República, Carvalho (1987) investiga a complexa relação entre Estado e

regionais favorável à adoção da República Federativa, no entanto, permaneciam profundas divergências em relação a outros aspectos na organização do Estado. Por isso, o autor frisa a grande instabilidade política nos 15 anos que se seguiram à Proclamação. De qualquer forma, este marco histórico representou a consolidação do poder das novas oligarquias cafeeiras do Sudeste brasileiro. A prosperidade econômica dos produtores de café gerou o capital que está nas bases do processo de industrialização do país e de formação de uma burguesia politicamente ativa, ambos, fatores essenciais à consolidação do capitalismo no Brasil. Este desenvolvimento econômico contribuiu para uma aceleração no processo de urbanização do país e para a expansão do pensamento liberal entre intelectuais, políticos e membros da elite econômica.

Paralelamente, a ciência psicológica adquire autonomia em relação às outras ciências, passando por um rápido desenvolvimento, multiplicando as abordagens teóricas e diversificando sua aplicabilidade a questões prementes no desenvolvimento das sociedades capitalistas modernas. No Brasil, a psicologia científica também passa por um avanço sem precedentes. Ainda assim, ela continua sendo produzida principalmente dentro das instituições médicas e educacionais, sendo os primeiros psicólogos brasileiros médicos, educadores, bacharéis em direito e até engenheiros. Mas sua autonomização foi acelerada pelo potencial que a psicologia apresentava de produzir soluções aos desafios que as transformações sociais impunham ao Brasil (ANTUNES, 2014). Mais uma vez a análise de Antunes (2014) parece estar afinada no seu tom geral, com a perspectiva de Rose (2011) da psicologia como uma “ciência social”, isto é, uma expertise e *techné* a serviço da resolução dos problemas da governamentalidade.

Importante, portanto, destacar que, apesar da ênfase dada ao desenvolvimento da psicologia científica dentro da medicina, os temas psicológicos também foram tratados dentro das instituições educacionais durante o século XIX. Psicologia e pedagogia tiveram estreita relação, se sobrepondo com frequência, assim como ocorreu com a psiquiatria e a psicologia (MASSIMI, 1990; ANTUNES, 2014). No entanto, foi feita a opção por dar especial destaque à medicina devido ao papel central que esta teve no processo histórico brasileiro durante praticamente todo o século XIX. A educação surge como principal esperança de salvação nacional somente a partir da Primeira República (JACÓ-VILELA, 2012; ANTUNES, 2012).

sociedade no processo histórico que culminou com a instituição do regime republicano no Brasil, fugindo de uma perspectiva maniqueísta.

Educação

Enquanto a medicina ocupava lugar de destaque na condução do processo de modernização do país durante o século XIX, a educação manteve-se num papel muito restrito, ainda que também tivesse sofrido transformações decorrentes da abertura do país às reflexões sobre educação produzidas na Europa. Apesar de terem sido criados já no início do século XIX as primeiras instituições de ensino superior, elas exerciam papel precipuamente de formação de quadros técnicos para atender às demandas do Estado, sem mecanismos de estímulo à produção de conhecimentos. As escolas secundárias eram atividade exclusiva da iniciativa privada, principalmente sob o comando da Igreja Católica. Mantinham o modelo de funcionamento herdado ainda do período colonial, alcançando parcela ínfima da população com aulas avulsas não sistematizadas, apresentando de forma muito superficial os conteúdos educacionais. Já as Escolas Normais, que tinham a missão de formar educadores, tinham professores pouco preparados e duração de apenas dois anos (ANTUNES, 2014).

Evidentemente, esta é uma síntese sujeita a questionamentos pois generaliza e estabiliza uma realidade que, se for investigada com mais minúcia, pode nos revelar indícios de que a história é mais complexa e dinâmica. No entanto, usando como critério o impacto e o alcance da educação no período, parece razoável supor que esta avaliação proposta por Antunes (2014) tem fundamento.

Como afirmado anteriormente, a Proclamação da República reacende as esperanças de superação do passado inserindo o país no rol das nações desenvolvidas. Desta vez, para realizar este salto rumo ao progresso, a educação representava a principal estratégia. Considerando que no horizonte estava o projeto de industrialização do país, era necessário formar um “novo homem” (sic.) à altura destes novos tempos (JACÓ-VILELA, 2012; ANTUNES, 2012).

A reforma educacional proposta por Benjamin Constant em 1890 representou um primeiro esforço de modernização da educação brasileira. Tinha, em linhas gerais, um caráter eminentemente científico e laico além de estabelecer a gratuidade do ensino primário (ANTUNES, 2014). Inspirada pelas ideias positivistas – que, aliás, também foram centrais à formação do ideal republicano brasileiro –, a reforma tinha, portanto, o objetivo de tornar a educação brasileira científica. As disciplinas consideradas metafísicas, como a filosofia, foram excluídas dos currículos secundários e das escolas normais, sendo substituídas pelas disciplinas de lógica e de psicologia. Na perspectiva positivista que grassava no país, somente

o espírito científico poderia libertar a nação de seu atraso histórico. Todos os aspectos da vida deveriam ser geridos a partir de uma racionalidade científica já que esta representava o mais alto grau de desenvolvimento humano, fornecendo verdades últimas sobre os fenômenos da realidade tanto física quanto social por meio de leis fixas e invariáveis. Podemos perceber que essa proposta tinha uma relevante dimensão política ao propor uma uniformização das ideias e opiniões submetidas ao regime de verdade científica. Qualquer forma de pensar que discordasse desta racionalidade era sintomática de uma deficiência intelectual e moral que, se pudesse ser corrigida, o seria pela intervenção da medicina ou da educação, ambas fundamentadas cientificamente (MASSIMI, 1990).

Antunes (2014) destaca o fracasso em termos de resultados concretos desta e de outras reformas educacionais que se seguiram. O Brasil continuava com altíssimas taxas de analfabetismo e uma proporção ínfima da população com acesso à educação. Diante deste quadro, o processo de industrialização se via num impasse: sua sustentabilidade dependia fundamentalmente de uma mão-de-obra com um mínimo de qualificação técnica, ou seja, trabalhadores que soubessem ler, escrever e contar. Esta situação estimulou ricas reflexões a respeito dos desafios educacionais brasileiros, cujo enfrentamento representava, numa perspectiva mais ampla, a busca de solucionar os problemas nacionais.

Neste contexto de disputa ideológica a respeito do papel que a educação deveria exercer e do modelo educacional a ser adotado, chama a atenção a heterogeneidade das concepções. Conforme indicado pelo estudo de Antunes (2014), alguns autores, como Manoel Bonfim, defendiam o papel emancipatório da educação vista como meio de combate das opressões e de democratização da sociedade brasileira. Já outros, como Carneiro Leão e Sampaio Dória, enxergavam na educação um instrumento para o progresso nacional numa perspectiva higienista e eugênica. Segundo estes últimos, a educação deveria qualificar tecnicamente as pessoas de acordo com suas diferenças individuais, de modo a garantir que a cada um fosse dada a formação necessária, para que todos contribuíssem, em sua respectiva medida, com o progresso nacional. Portanto, trata-se de um projeto de educação que aposta na possibilidade de se identificarem as capacidades individuais por métodos científicos. Assim, seria implementada uma gestão racional da sociedade de acordo com os objetivos nacionais, identificados, na época, com a industrialização (ANTUNES, 2014).

Neste campo de perspectivas divergentes, progressivamente se consolida a hegemonia de um movimento: o escolanovismo. Antunes (2014) o chama de “movimento pedagógico”

por considerar que ele se unificava em torno de uma concepção eminentemente científica da pedagogia, como estratégia fundamental de formação de um “homem (sic.) novo”, condizente com as exigências da modernidade.

No entanto, Hilsdorf (2006), importante pesquisadora da área de educação, apresenta um panorama mais complexo. Em síntese, ela afirma que o escolanovismo representava uma continuidade de movimentos educacionais originados nos últimos anos do Brasil-Império. O elemento em comum identificado nessa continuidade era a ideia de uma educação voltada para os ideais nacionalistas. Desta forma, Hilsdorf (2006) considerava questionável identificar a unidade do movimento da Escola Nova com o consenso em torno dos métodos pedagógicos a serem adotados. Dentro do próprio movimento havia a presença de intelectuais alinhados com ideias católicas, “liberais elitistas, liberais igualitários, socialistas, etc. que se uniram pelo debate político sobre a educação” (PINTO, 2003, p. 271). Mas, segundo ela, a unidade se dava na convicção autoritária de que a educação teria o papel de controle social, por meio da qual se formaria verticalmente um povo adequado ao projeto de nação brasileira. A partir deste prisma proposto pela autora, a pedagogia científica teria sido adotada como método precípua, não necessariamente por oferecer uma gestão racional do processo educacional, mas sim por a considerarem uma ferramenta eficiente na conceção dos objetivos políticos do movimento. Portanto, para Hilsdorf (2006), o escolanovismo seria mais um movimento político do que pedagógico.

Pinto (2003) contribui para a compreensão da Escola Nova ao ressaltar que o atributo de “nova” se sustentava na desqualificação sistemática de tudo que pudesse ser associado à “velha” educação. Rejeitar o “velho” era mais um capítulo desta longa busca do país pela superação do seu atraso em relação às nações desenvolvidas. O “novo”, portanto, era o modelo de sociedade europeu e norte-americano, no âmbito econômico – o capitalismo-industrial –, no âmbito político – a democracia-liberal – e no âmbito cultural – o pensamento científico.

Dentro da perspectiva da Escola Nova, formas mais sutis de disciplinarização vão sendo instauradas. Em primeiro lugar, por valorizarem “métodos ativos” de ensino-aprendizagem, estimulam a vontade e o interesse dos aprendizes. Esta vontade e interesse, no entanto, não eram tão livres assim, pois estavam voltadas para a melhor forma de inculcar as normas sociais de conduta, de higiene, de valorização do trabalho e do país, isto é, buscava-se a forma mais agradável e sutil de ensinar aspectos interessantes à modernização do país, de modo que os alunos pudessem acompanhar a urbanização e industrialização crescentes daquele momento. Em segundo lugar, outro importante aspecto da Escola Nova era seu respaldo científico, podendo ser observado todo um movimento paralelo de valorização do discurso científico em detrimento de outros saberes que porventura existissem. Os estudos de psicologia eram bastante valorizados nesta perspectiva com o intuito de melhor conhecer

aquela a quem se pretendia ensinar: a criança. Esta, por sua vez, já vinha recebendo grandes investimentos por parte de vários setores da sociedade, como médicos, juristas, etc., desde inícios da Primeira República (PINTO, 2003, p. 272).

Percebemos, dessa forma, que a psicologia teria a função de dar, ao mesmo tempo, um respaldo científico e um instrumental técnico para as ações no campo da educação. Isto é bastante revelador da credibilidade que a psicologia já então desfrutava no campo político e intelectual. Convergente com a leitura de Rose (2011) da psicologia em termos de expertise e *techné*, Antunes (2014) afirma que o aparato teórico e técnico da emergente psicologia brasileira acerca “do indivíduo e das diferenças individuais (representada pela Psicologia Diferencial e suas técnicas, principalmente a psicométrica), do processo de desenvolvimento psíquico, da aprendizagem, da dinâmica das relações interpessoais, da personalidade, das vocações, aptidões, motivações, etc.” (ANTUNES, 2014, p. 76) oferecia meios, simultaneamente legítimos e eficientes, de dar sustentação ao projeto educacional proposto pelo escolanovismo.

Neste longo percurso histórico da psicologia no Brasil, encontramos, portanto, na relação estabelecida entre a psicologia e o movimento da Escola Nova um dos mais importantes fundamentos para o estabelecimento da psicologia enquanto ciência autônoma, delimitando um campo próprio de ações discursivas e não discursivas e, conseqüentemente, a possibilidade de se estabelecer também como campo profissional específico.

Liga Brasileira de Higiene Mental

No mesmo período histórico do movimento escolanovista, isto é, as três primeiras décadas do século XX, vai se consolidando no Brasil outro importante movimento: a psiquiatria preventiva.

A aproximação entre a psiquiatria e a medicina social no país não era novidade. Havia íntima relação entre ambas desde a primeira metade do século XIX em virtude do propósito comum de normalização do espaço público. A psiquiatria tinha a função decisiva no higienismo de oferecer o aparato teórico e técnico para identificar os indivíduos que representavam perigo social e intervir sobre estes com ações terapêuticas e de reclusão, promovendo uma eliminação da suposta ameaça à saúde pública. A novidade constituía no surgimento de uma psiquiatria de caráter preventivo que tinha como meta a realização de ações sistemáticas de profilaxia das doenças mentais. Já em 1906, Juliano Moreira, eminente psiquiatra brasileiro, prenunciava esta importante missão preventiva como caminho inevitável

para a psiquiatria. No entanto, é apenas em 1923 que este movimento se institucionaliza com a fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental, a LBHM (OLIVEIRA, 2011).

A LBHM tinha como finalidade garantir o acesso dos alienados à assistência psiquiátrica, apostando na possibilidade de adaptação destes aos meios físico e social. Este processo adaptativo se daria por meio de um programa de adestramento da conduta que visava instaurar hábitos que controlassem seus instintos. Coadunavam-se a estas ações, outras que extendiam a psiquiatria a indivíduos apenas “desajustados” como uma forma de prevenir o processo degenerativo (OLIVEIRA, 2011).

É uma psiquiatria que se entranha nas mínimas idiossincrasias para capturar as manifestações de anormalidade. Tratava-se de não mais restringir a atuação psiquiátrica à assistência à alienação, cujos equipamentos “terapêuticos” eram o tratamento moral e o isolamento em hospício, mas intervir de modo profilático no espaço social, tão saturado de anormais de toda espécie, de modo a evitar que “essa multidão de predispostos atinja o despenhadeiro ou seja tragada pela voragem da alienação mental” (ABHM, 1934, p. 64). Era preciso conter a “avalanche de degeneração” (ibid.), o que passava não apenas a incluir as medidas eugênicas propriamente ditas, mas sobretudo a modelagem psíquica dos indivíduos desde os primeiros instantes de vida. Para tanto, era necessário incluir como sujeitos psiquiatrizáveis diferentes matizes de irregularidades individuais do que poderiam vir a se tornar desvios adaptativos. (OLIVEIRA, 2011, p. 632)

A eugenia se caracterizava como uma doutrina que enxergava, na aplicação às coletividades humanas dos princípios de seleção genética, um meio de melhoramento da espécie. Associada à teoria da degenerescência, os problemas sócio-econômicos eram atribuídos às questões raciais, especialmente à presença, na composição étnica do povo brasileiro, dos negros, considerados membros de uma raça inferior predisposta à degeneração moral e física. De forma a enfrentar esta suposta causa para o atraso do país, recomendavam-se vivamente ações de “embranquecimento da raça brasileira” com a finalidade de minimizar os efeitos negativos da miscigenação (ANTUNES, 2014; MASIERO, 2002).

No âmbito da Liga Brasileira de Higiene Mental, assim como no escolanovismo, a psicologia era reconhecida como ciência autônoma detentora de um saber específico e de um instrumental técnico próprios. A LBHM promoveu intensamente a difusão e a produção da ciência psicológica por meio de ações como as “Jornadas Brasileiras de Psicologia” realizadas anualmente. Entre as ações de caráter psicológico desenvolvidas na LBHM, podemos destacar especialmente a realização das “clínicas de higiene mental” que tinham por objetivo prevenir o agravamento de possíveis problemas de ordem mental, ainda em estado inicial, em indivíduos considerados normais. Podemos perceber importantes semelhanças com a clínica psicológica tradicional pelo seu caráter preventivo, portanto, aplicável a pessoas que ainda não apresentavam qualquer sinal de alienação, e por seu aspecto clínico, aproximando-se do

formato do atendimento médico, inspiração também comum à clínica psicológica (ANTUNES, 2014).

Jacó-Vilela (2012) ilustra a relação entre a psicologia e a LBHM por meio do resgate de importantes personagens da história da psicologia brasileira que ocupavam posições na Liga:

“Plínio Olinto, professor de Psicologia na Escola Normal, responsável pelo Serviço de Psicologia, Maria Brasília Leme Lopes e Idalina de Abreu Fialho; Ulisses Pernambucano, representante da Liga de Pernambuco; Manoel Bonfim, professor Catedrático de Psicologia na Escola Normal, que se encontra na Seção de Deficiência Mental; Maurício de Medeiros professor de Psicologia da Escola Normal, está na Seção de Medicina Legal, Indigência e Vadiagem (Archivos Brasileiros de Higiene Mental, 1925)” (JACÓ-VILELA, 2012, p. 35).

Além disso, a autora destaca que as atividades da LBHM impulsionaram o desenvolvimento dos testes psicológicos no Brasil, especialmente, no que diz respeito à padronização e adaptação destes instrumentos para a realidade brasileira. Numa tentativa explícita de absolver a nascente psicologia científica brasileira por sua estreita relação com o higienismo, Jacó-Vilela (2012) pondera que o vínculo com as ideias higienistas não era exclusividade dos psicólogos que compunham a LBHM. Para a autora, era praticamente inescapável coadunar com o higienismo dentro do contexto histórico da intelectualidade brasileira das primeiras décadas do século XX. Ademais, segundo ela, quando a Liga assume um caráter manifestamente eugênico, muitos destes eminentes representantes da psicologia se retiram do movimento.

No entanto, é inegável o fato de que a psicologia não se manteve alheia às especulações a respeito da miscigenação racial brasileira. O país era visto, tanto por intelectuais brasileiros quanto estrangeiros, como um imenso laboratório racial em decorrência do intenso processo de mistura de raças ocorrido ao longo da sua história. Como mencionado anteriormente, havia grande pessimismo em relação às consequências desta miscigenação, pois acreditava-se que o desenvolvimento mental e moral da população tenderia à degeneração, como consequência desta mistura entre uma raça considerada superior – a raça branca de origem europeia – com aquelas vistas como inferiores – os índios e os negros. A psicologia, uma ciência em franca ascensão neste início do século XX, teve papel decisivo na sustentação científica do pensamento racista ao aplicar suas técnicas psicométricas na avaliação e classificação das qualidades comportamentais e intelectuais dos diferentes grupos constituintes da população brasileira. A partir destas apurações, a ciência psicológica ofereceu dados que supostamente provariam a inferioridade mental dos negros e

mestiços. Logo, deduziu-se que as manifestações culturais ligadas a estes grupos também expressavam valores degenerados. Masiero (2002) sugere que a frase “mentes imperfeitas não cultivariam tradições culturais sadias” (p. 72) sintetiza o pensamento dominante entre os psicólogos brasileiros do início do século XX a respeito da cultura de origem africana. A religiosidade de matriz africana passou, então, a ser alvo preferencial desta psicologia de influência eugênica e racista. Os cultos afro-brasileiros foram tratados como um sério problema sanitário pois, segundo psicólogos e psiquiatras da época, suas práticas e crenças poderiam conduzir à manifestação de doenças mentais em indivíduos com predisposição para tal. Principalmente nos estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, foram adotadas diversas medidas preventivas e disciplinares para monitorar e inibir estas práticas religiosas, que, numa perspectiva mais ampla, representavam um obstáculo ao processo civilizatório (MASIERO, 2002).

Apesar desta contribuição da psicologia às ideias racistas, é importante ressaltar que o argumento de Jacó-Vilela (2012) não é completamente desprovido de fundamentos. O cenário histórico, ainda que dominado por estas perspectivas, não era homogêneo. Concepções contra-hegemônicas no campo da psicologia também surgiram neste mesmo período. Entre elas, podemos citar a contribuição de Manoel Bonfim (1868-1932) para um outro tipo de psicologia (ANTUNES, 2014).

A suposta objetividade dos discursos e práticas científicos foi rejeitada por Bonfim. Segundo ele, a ciência revestia-se de neutralidade para legitimar-se enquanto instrumento de dominação, como era o caso justamente das teorias racistas que sustentavam práticas discriminatórias e justificavam a exploração de um grupo sobre outro (PORTUGAL, 2010). As causas do atraso do país, portanto, não estariam na composição racial do povo brasileiro, mas sim no modelo colonial baseado na extração sistemática das riquezas do país imposta pela metrópole. Para Bonfim, estas relações de dominação se perpetuaram historicamente na cultura do país mesmo após a Independência. A elite continuou impondo ao povo brasileiro um estado perpétuo de ignorância como forma de manter sua posição privilegiada em termos sociais, políticos e econômicos (ANTUNES, 2014).

Além de questionar a suposta irrefutabilidade das verdades científicas da época, revelando uma dimensão política por trás dos discursos e práticas, Bonfim propõe uma concepção social do psiquismo.

Manoel Bonfim concebe o fenômeno psicológico como indissociável do processo de socialização e mediatizado pela linguagem, entendendo o psiquismo como sendo determinado por fatores históricos e sociais. Assume uma postura metodológica crítica em relação às restrições impostas pela artificialidade dos laboratórios no estudo dos fenômenos psicológicos complexos, que não deveriam ser abordados de maneira isolada, mas apreendidos em sua totalidade, por meio de todas as formas pelas quais se manifestam no processo histórico-social. (ANTUNES, 2014, p. 127)

Dessa forma, diferentemente do pensamento psicológico corrente dos seus contemporâneos, que tendiam a uma discussão instrumental e individualista, Bonfim aproximou suas reflexões a respeito do psiquismo a um campo social mais amplo, reconhecendo o papel da história na constituição dos fenômenos psicológicos (PORTUGAL, 2010).

Como afirmamos anteriormente, a psicologia era, então, reconhecida como ciência autônoma, sendo convocada a contribuir decisivamente no enfrentamento dos problemas sociais do país. O papel desempenhado pela ciência psicológica no escolanovismo e na LBHM oferece elementos para compreender como esta posição se consolidou. Na participação da psicologia nestes dois importantes movimentos do início do século XX, os testes psicológicos se destacam como principal instrumento de aplicação prática dos conhecimentos da ciência psicológica (JACÓ-VILELA, 2012). Aqui, podemos destacar que há outra convergência na leitura do desenvolvimeto da psicologia no Brasil com perspectiva de Rose (2011) acerca da tarefa da psicologia como meio científico para viabilizar o governo democrático, por meio de ferramentas que permitam tomar decisões baseadas em critérios racionais.

A busca da modernização do país estava calcada na racionalização das estratégias para a resolução dos obstáculos históricos. Tanto as estratégias nacionis para a educação como o projeto de industrialização lançavam mão da suposta irrefutabilidade das verdades científicas para superar os intensos debates políticos que marcaram o período. É nesse sentido que Antunes (2014) afirma que os testes psicológicos representaram uma possibilidade de governo supostamente isenta dos debates de caráter ético e social. Governo, neste caso, utilizo o termo no sentido proposto por Rose (2011, p. 99), “não como uma entidade onipotente e onisciente estendendo seu controle central através de todo o corpo social”, mas antes como “um conjunto formado por instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem o exercício de poder específico – embora complexa – que tem por alvo a população”. Ao reificar construtos utilizados para dar inteligibilidade à subjetividade humana, a psicometria produziu um método que permitia objetificar, mensurar e quantificar o conhecimento, a

inteligência, a aptidão e o caráter. Desta forma, transformava um tema eminentemente político – portanto, sujeito a disputas filosóficas e ideológicas – numa questão de natureza estritamente técnico-científica. Considerando a credibilidade da qual gozava a ciência neste momento histórico, torna-se compreensível a razão pela qual os testes psicológicos foram amplamente utilizados para seleção e avaliação, tanto em instituições de ensino, quanto para a organização do trabalho. Situação semelhante pode ser encontrada no mesmo período também nas potências capitalistas do hemisfério norte, como é o caso dos Estados Unidos.

A psicologia na organização do trabalho

Nas primeiras décadas do século XX, ocorreu no Brasil um importante crescimento da economia acompanhado de mudanças sociais. Fausto (1995) ilustra este processo com uma comparação entre alguns números dos censos de 1872 e de 1920. Se neste intervalo de 50 anos o Brasil ainda manteve-se predominantemente agrário, chama a atenção o crescimento da população economicamente ativa que se dedicava à indústria: de apenas 7% em 1872, passa a 13,8% em 1920. Numa leitura em que privilegia o fator econômico como determinante do processo histórico, Fausto (1995) sugere que foi o crescimento da economia do país que favoreceu um aumento das possibilidades de trabalho em outras áreas como o comércio, a indústria, o artesanato, a construção civil e serviços oferecidos por profissionais liberais. Esta migração da agricultura para outras áreas de atividade econômica foi determinante para a acelerada urbanização ocorrida neste período.

Fausto (1995) afirma que a gênese da industrialização do país encontra-se na transferência de recursos da agricultura para a indústria. O sucesso do modelo agroexportador, baseado principalmente na produção de café, teria gerado recursos financeiros amplamente utilizados para o investimento na indústria. Ainda que não houvesse uma política estatal de incentivo à industrialização, as iniciativas de natureza privada teriam experimentado razoável sucesso antes da crise econômica de 1929.

Portanto, ainda que não se houvesse mudado radicalmente o panorama sócio-econômico, o Brasil passou por transformações marcantes neste momento histórico. “A estrutura social se diversificou com o avanço da pequena propriedade produtiva no campo, a expansão da classe média urbana e a ampliação da base da sociedade. A grande novidade sob este último aspecto foi o surgimento do “colonato” na área rural e sobretudo da classe operária nos centros urbanos” (FAUSTO, 1995, p. 295). Esta classe trabalhadora passa a se organizar em sindicatos e associações, inspirada pela chegada ao país das ideias políticas

anarquistas e socialistas. É diante deste cenário de transformações sociais e nas relações de trabalho que os empresários passam a buscar métodos alternativos para a gestão da produção (ANTUNES, 2014).

Antunes (2014) associa a inserção da psicologia nos processos produtivos com a necessidade de se desenvolver práticas de controle mais sutis sobre os trabalhadores. Os conhecimentos revestidos de cientificidade que subsidiavam as estratégias de intervenção propostas pela psicologia davam legitimidade à administração industrial. Mais uma vez, a análise de Rose (2011) acerca da psicologia como instrumento de gestão racional das condutas individuais converge com esta leitura de Antunes (2014). Se por um lado, os trabalhadores eram alvos de mecanismos de controle cada vez mais sofisticados, por outro lado, o tipo de padrão também sofreu modificações com a racionalização dos processos produtivos, já que suas decisões precisavam ser objetivas, amparadas por justificativas de ordem técnica.

Ciência, técnica e progresso tornam-se o tripé sobre o qual se sustentam as novas ideias sobre a gestão da força de trabalho. Em nome do progresso e da proteção ao “bom trabalhador” justificar-se-ia a administração baseada na inquestionabilidade da ciência, na neutralidade da técnica e na valorização da competência individual. Dissolviam-se assim os conflitos de interesse entre capital e trabalho, com base no argumento da autonomia da ciência. (ANTUNES, 2014, p. 101)

Ao oferecer um conjunto de discursos com valor de verdade e de práticas derivadas destas teorias, a psicologia se torna um aliado estratégico do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil. No entanto, como nos adverte Rose (2011), não devemos fazer uma leitura maniqueísta do papel da psicologia na organização do trabalho. Como mencionado acima, o impacto da ciência psicológica não pode ser reduzido a um suposto aparato coercitivo que viabilizaria a dominação dos trabalhadores. Ao propor uma nova racionalidade para as relações de trabalho, suas reverberações alcançam também as formas de gerenciar as condutas humanas. O exercício do poder também passa por significativas modificações. Ao padrão é exigida uma conduta compatível com as mais novas “descobertas” da psicologia industrial como suposta garantia da eficiência de sua gestão. É nesse sentido que Rose (2011) sustenta sua argumentação a respeito do papel da psicologia como fundante de um tipo específico de subjetividade nas democracias liberais modernas do mundo ocidental. Ainda que as particularidades históricas devam ser consideradas quando se tenta aplicar sua teoria ao desenvolvimento da ciência psicológica no Brasil, no caso específico da inserção da psicologia na gestão das condutas em instituições disciplinares, podemos enxergar um cenário compatível com suas ideias. É possível, inclusive, que essas semelhanças se devam, inclusive,

à situação de dependência intelectual colonial vivida pelo Brasil em relação aos países mais ricos da Europa ocidental e aos Estados Unidos.

Profissionalização e hegemonia da clínica

A efervescência político-cultural que acompanhou as transformações sócio-econômicas gestadas nas primeiras décadas do século XX culminou com a Revolução de 1930 (JACÓ-VILELA, 2012). Getúlio Vargas assume a presidência, a princípio, provisoriamente, no entanto, nela permanece por 15 anos. Seu governo é marcado por uma grande ambiguidade. Se por um lado, grande parte destes 15 anos podem ser chamados de uma verdadeira ditadura por seu caráter autoritário, por outro lado, Getúlio Vargas se notabilizou como o “pai dos pobres” devido à apropriação das pautas de reivindicação dos movimentos organizados dos trabalhadores, concedendo-lhes uma série de direitos e garantias. O getulismo era sinônimo de uma concepção de nacionalismo em que se acreditava que um Estado forte é que deveria orientar os rumos do país, intervindo em todos os setores estratégicos para o desenvolvimento da nação (FAUSTO, 1995). Jacó-Vilela (2012) mapeia duas reverberações do governo Vargas para a expansão da psicologia: o protagonismo do Estado na educação e no processo de industrialização.

Se, nas décadas anteriores, a psicologia já havia consolidado um papel de destaque início da expansão do capitalismo industrial no país, agora, com a aceleração deste processo sustentado pela intervenção do Estado, a psicologia “se fortalece e se consolida, como ciência e profissão, na medida de sua capacidade de responder às necessidades geradas por um projeto político, econômico e social dirigido pela nova classe dominante, a emergente burguesia industrial” (JACÓ-VILELA, 2012, p. 58).

Ao tornar a educação projeto de Estado, a psicologia assume uma função estratégica (JACÓ-VILELA, 2012). Podemos perceber a expansão da importância da ciência psicológica no contexto educacional pela sua presença cada vez maior nas Escolas Normais, nas instituições de ensino superior, pelo aumento das atividades de pesquisa e das publicações de livros e periódicos sobre o tema.

Ainda no campo educacional, vemos os primeiros sinais de um novo campo de atuação: a clínica psicológica. Os Serviços de Orientação Infantil, criados nos anos 1945 para

atender crianças com queixas escolares, tornaram-se as mais importantes bases para o desenvolvimento da modalidade clínica. Portanto, foi a partir das práticas psicológicas ligadas à educação que a psicologia se desdobrou em novos campos de atuação: primeiro, na organização do trabalho, depois, na clínica (ANTUNES, 2012).

Algumas narrativas oficiais traçam um percurso linear do início da prática clínica pelos psicólogos nos anos 1940 até a promulgação da lei que regulamentou a profissão em que são reconhecidas como privativas dos psicólogos a função de utilizar métodos e técnicas psicológicas com a finalidade de: “a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento”, conforme texto do artigo 13º da lei 4.119 de 27 de agosto de 1962.

No entanto, Antunes (2012) narra um processo mais complexo. Grupos médicos organizados se opunham fervorosamente a qualquer possibilidade do exercício da psicoterapia por profissionais sem a formação em medicina. Portanto, o reconhecimento desta área de atuação na regulamentação da profissão representou a culminância de uma longa e árdua luta.

As três áreas de atuação tratadas como decorrentes do processo de modernização do país – escolar, industrial e clínica – serviram como base para a organização dos currículos dos cursos de psicologia logo após a regulamentação da profissão em 1962. Dentre estas áreas, a clínica tornou-se rapidamente a de maior prestígio. Mais do que o impacto nas grades curriculares, este processo de ascensão da clínica marcou especialmente o imaginário social da figura do psicólogo (FERREIRA NETO, 2004).

Este modelo da clínica psicológica clássica que se tornou hegemônico é definido por Ferreira Neto (2004) como “atividades de psicoterapia e/ou psicodiagnóstico exercidas em consultórios particulares por profissionais liberais, tendo um enfoque teórico-técnico intra-individual” (p. 82).

No entanto, Velloso (1982) nos lembra que a origem da clínica psicológica era muito diversa, localizando-a em instituições. As atividades clínicas eram realizadas com frequência em equipes multiprofissionais em diálogo estreito com psiquiatras e profissionais do serviço social⁹. A atuação clínica institucional criava um ambiente propício à formação continuada

⁹ Interessante notar que este modelo de atuação clínica em equipes com profissionais de diferentes áreas parece estar sendo revalorizado contemporaneamente, na implementação de atendimentos psicossociais com equipe

por meio da troca de experiências, publicação de trabalhos e eventos acadêmicos. Mas Velloso (1982) esclarece que este cenário se deteriorou rapidamente, podendo estar aí uma das condições para a expansão do modelo da clínica clássica. Ela registra um retrocesso na disponibilização destes serviços pouco tempo após a regulamentação da profissão.

Além dos prejuízos para a promoção da justiça social, Velloso (1982) argumenta que, não disponibilizar atendimentos clínicos à população em geral, também comprometeu gravemente a formação dos psicólogos por privá-los do contato com um espectro amplo de pessoas das mais diferentes origens, dando ao profissional um olhar realista acerca da diversidade intrínseca à condição humana.

O baixo nível de absorção dos psicólogos recém formados nestes primeiros anos de profissão regulamentada, como mencionado por Gil (1985), está, aparentemente, diretamente relacionado com a diminuição significativa de instituições com serviços de psicologia clínica. Gil (1985) aponta um descompasso entre formação, privilegiando a clínica, e o mercado, com poucas oportunidades de emprego nesta área de atuação.

Tendo em vista o enfoque deste trabalho de compreender as circunstâncias nas quais a clínica psicológica passou a ocupar um lugar hegemônico entre as diferentes áreas de atuação profissional, podemos considerar que nosso percurso histórico alcança, neste ponto, sua meta. Partindo das primeiras ideias psicológicas no Brasil-colônia até a psicologia clínica tradicional praticada nas duas primeiras décadas após sua regulamentação, traçamos uma linha do tempo do desenvolvimento da psicologia no Brasil. Conforme aponta Ferreira Neto (2004), os desdobramentos dos anos seguintes vão desestabilizar este cenário em que a clínica ocupa posição de destaque, principalmente em função do processo de redemocratização que se consolida, entre outras coisas, com a reorganização dos movimentos sociais no fim dos anos 1970. A reivindicação de um compromisso social da psicologia, inicialmente, mobilizada por trabalhadores da área da saúde mental, trouxe um significativo impacto na prática clínica. Contudo, mesmo reconhecendo a importância para a psicologia no Brasil destes desdobramentos históricos posteriores, optamos por restringir este trabalho ao escopo inicialmente delimitado.

Importante reiterar que este pressuposto da hegemonia da clínica é questionável atualmente, justamente em função de problematizações sobre a atuação profissional que vem acontecendo no contexto acadêmico, mas também dentro da própria categoria profissional, em debates fomentados, por exemplo, pelos Conselhos de Psicologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos indícios de uma série de saberes e práticas originais a respeito da subjetividade humana no período colonial, a psicologia como conhecimento sistematizado a respeito dos fenômenos psíquicos surge no Brasil do século XIX num movimento de negação ao seu passado de colônia. A rejeição a tudo aquilo que remetesse à esta herança considerada maldita parecia ser pressuposto para que o país pudesse progredir rumo a uma posição de destaque juntos às nações modernas. Neste sentido, há uma nítida ruptura entre as ideias psicológicas do período colonial e o surgimento da psicologia científica no Brasil.

As primeiras expressões científicas da psicologia brasileira surgem como sub-tema da medicina num período histórico em que a ciência médica assumia um papel de protagonismo numa busca de higienização da sociedade fundamentada em ideias racistas e fisicalistas. Os conhecimentos científicos a respeito dos fenômenos de ordem psíquica mostraram-se extremamente úteis para se pensar e agir sobre as condutas dos indivíduos considerados desviantes. A partir destes conhecimentos produziram-se estratégias para distinguir os indivíduos considerados normais daqueles considerados anormais, lançando mão de critérios supostamente objetivos para tal. Aqueles que se enquadravam na categoria dos anormais eram isolados e tratados com um conjunto amplo de técnicas terapêuticas que iam desde banhos, sangrias e trabalho braçal à apreciação musical e escuta das queixas destes alienados. Do objetivo inicial de “limpar” a cidade, separando as pessoas que atendiam aos critérios de normalidade daquelas que representavam uma ameaça à ordem – por consequência também ao progresso –, a atuação médica com enfoque na dimensão psíquica dos indivíduos amplia seu escopo de ação para a prevenção. É neste contexto, a partir das últimas décadas do século XIX, que a psicologia começa a adquirir independência em relação à medicina.

O desenvolvimento das ciências psicológicas nos Estados Unidos e na Europa teve papel decisivo para a delimitação de um campo próprio de ideias e práticas para a psicologia brasileira. Como parte deste processo de autonomização, podemos destacar os testes psicológicos, como analisado por Rose (2011), por oferecerem uma forma de aparentemente objetivar os fenômenos psíquicas, tornando-os mensuráveis, comparáveis, portanto, dando-lhes uma expressão convergente com o paradigma científico do período.

O projeto de modernização da sociedade brasileira tendo sua gênese na vinda da família real portuguesa, só se materializa de fato mais de um século depois. Neste sentido, a

intensificação dos processos de industrialização e urbanização na transição do século XIX para o XX são decisivos. As estratégias de controle sobre as condutas dos indivíduos, antes explícitas, passam a convergir com uma visão do ser humano em que o princípio da liberdade se torna elemento central. As ideias liberais estão estreitamente associadas às ideias de República, de democracia e do capitalismo, todas expressões do projeto de modernização do país. É neste contexto que a psicologia subsidia a nova grande esperança para a modernização da sociedade: a educação. Tendo em vista sua condição de ciência, os instrumentos de intervenção da psicologia se revestem da credibilidade então atribuída ao método científico: neutro, objetivo, técnico, em suma, acima de qualquer disputa ideológica. A partir do reconhecimento da contribuição da psicologia para uma gestão supostamente racional da educação, a ciência psicológica expande sua área de atuação para a indústria nascente.

Portanto, a psicologia se desenvolve enquanto um conjunto de saberes e práticas a serviço de um projeto de sociedade moderna. A psicologia aparenta conciliar a necessidade de atuar sobre a conduta dos indivíduos e o respeito ao exercício da liberdade individual. Mas, na mesma medida em que a psicologia instrumentaliza uma forma de pensar o sujeito e a sociedade, ela também passa a interferir na constituição destes sujeitos e desta sociedade (ROSE, 2011).

Inspirada no modelo clínico da medicina, a psicologia assume como um de seus modelos de atuação a clínica psicológica. Esta prática se expande como uma forma de ajustamento de indivíduos com problemas de natureza psíquica. Inicialmente restrita aos espaços escolares e às indústrias, a clínica psicológica passa progressivamente a funcionar inspirada no formato da clínica médica privada, ou seja, um empreendimento autônomo que atende àquela estrita parcela da população com recursos econômicos suficientes para pagar pelo serviço. É esta clínica psicológica que se torna o modelo hegemônico da prática psicológica pouco tempo a partir da regulamentação da profissão. Torna-se a principal área de atuação sendo privilegiada na estrutura dos currículos dos cursos de formação. No entanto, rapidamente percebe-se um descompasso entre a quantidade de profissionais atuando neste formato e a demanda por este tipo de serviços. Portanto, apesar da dificuldade de tornar viável o empreendimento de uma clínica psicológica particular, ela ainda foi por muito tempo a principal escolha dos psicólogos formados.

Talvez, o fechamento de grande parte das instituições que prestavam o serviço da clínica psicológica possa ter tido um papel neste processo. Elas representavam uma opção de

empregabilidade para psicólogos com formação clínica. Sem esta alternativa, a migração para o formato do profissional autônomo pode ter sido estimulada. No entanto, ainda que este quadro de escassez de possibilidades de ser empregado em instituições possa ter sido um fator relevante, parece que a preferência dos profissionais da psicologia por esta área teve outras contingências.

Gil (1985) e Ferreira Neto (2004) associam esta predileção ao prestígio social atribuído ao profissional liberal, especialmente, por evocar similitudes com a profissão médica. Desta forma, há indícios de que, a hegemonia da clínica representou um processo histórico ligado em grande medida à uma representação social idealizada da profissão, não necessariamente a um movimento de racionalidade econômica. O estrangulamento do mercado de psicologia aconteceu, entre outros fatores, pela incompatibilidade entre a imagem da profissão, influenciando currículos e escolhas pessoais dos psicólogos em formação, e um cenário com escassas oportunidades para atuar na área de formação.

Podemos supor como outro aspecto que favoreceu a constituição deste cenário da psicologia no Brasil, a complexidade e a diversidade cultural do país. Bizerril (2015) alerta para a insuficiência de uma definição monolítica de cultura para tratar da complexidade do campo de atuação dos psicólogos. Ao estabelecer um diálogo entre Geertz, Barth, Hall e Latour, Bizerril (2015) propõe a seguinte definição de cultura:

(...) sistema simbólico público, que não se esgota em sua função comunicativa, mas que também se inscreve no universo das práticas e experiências coletivas, inclusive no domínio da motricidade e do sensorio. Além disso, considero que trata-se de um sistema caótico, tanto objeto de disputa quanto capaz de certo consenso provisório, e passível de transformações por meio da experiência intercultural e da agência individual e coletiva (p. 42).

Se recuperarmos as historiografias que subsidiam este trabalho, ainda que ora ou outra haja um destaque para as contradições do processo histórico, há uma leitura hegemônica: a psicologia científica surge num amplo movimento intencional de aproximar o Brasil de um projeto de país ideal. É o que recorrentemente chamamos de projeto de modernização. Esta ambição que acompanha o imaginário da nação desde a vinda da família real portuguesa enfrenta inúmeras dificuldades para se realizar. Aliás, podemos afirmar que jamais se realizar de forma absoluta. Esta afirmativa é possível justamente quando adotamos a definição de cultura proposta por Bizerril (2015). Estamos falando de um país multicultural em que diversas correntes culturais simultaneamente produzem consensos provisórios e disputam a legitimidade de certos discursos e práticas.

A psicologia no Brasil se expressa de modo similar ao que acontece em outros países do chamado mundo ocidental, isto é, uma ciência que oferece uma leitura objetiva da subjetividade humana. Assim, a ciência psicológica permite atuar diretamente sobre as condutas das pessoas, por meio de ações legitimadas pelo status científico que, supostamente, exprimiria uma verdade acima de disputas. Mais do que isso, ela também atua indiretamente, num sentido mais profundo e íntimo ao sustentar por meio de sua cientificidade uma ética para consigo mesmo. Portanto, a psicologia oferece um aparato que intervém tanto na conduta externa dos indivíduos quanto em seus comportamentos internos. Nesse sentido, a psicologia é uma *techné*, ou seja, uma tecnologia para gerenciar as subjetividades (ROSE, 2011).

Portanto, ao nos referirmos à psicologia no Brasil, estamos falando de uma *techné* para o manejo subjetivo num país com uma cultura muito complexa. Esta complexidade é relevante porque, apesar do processo de consolidação da psicologia no país como discurso e prática reconhecida para resolver os problemas de ajustamento subjetivo, é importante lembrar que outras *technés* da subjetividade tem papel de destaque na cultura brasileira. Refiro-me, especialmente, às religiões. A psicologia representou uma alternativa de objetivação dos problemas relacionados à temática da “alma” em substituição ao que seria uma forma (considerada pelo pensamento científico como) menos desenvolvida de lidar com a questão. Na ótica positivista, a superação das explicações religiosas seria um processo natural de desenvolvimento do pensamento humano no sentido de se aproximar da verdade última das coisas. E esta crença teve grande repercussão. No entanto, remetendo à complexidade do Brasil, esta forma mais científica de abordar os assuntos relativos à “alma” nunca superou em definitivo outras formas de fazê-lo.

Dessa forma, a compreensão do papel desempenhado pela psicologia no Brasil passa em grande medida pela compreensão das religiões, estas outras *technés* que, historicamente, têm oferecido um potencial “para articular novos sentidos subjetivos e estratégias existenciais diante de situações de conflito e sofrimento” (BIZERRIL, 2015, p. 44). Esta relação entre psicologia e religiosidade é especialmente relevante quando o objeto de interesse é a clínica sendo, esta, uma prática que disputa este mesmo campo de manejo do sofrimento subjetivo.

Nesse sentido, estudos que promovam o diálogo entre antropologia e psicologia parecem ser um caminho muito potente para a produção de uma inteligibilidade sobre fenômenos tão complexos e interdependentes, tais como “subjetividade individual e social,

cultural e psíquico, consciência individual e consciência coletiva, entre outras formulações” (BIZERRIL, 2015, p. 37).

O projeto de modernização do Brasil esteve desde seus primórdios associado ao estabelecimento de uma nova forma de se pensar e de se agir. Este projeto certamente teve grande êxito em estabelecer um lugar privilegiado para falar e intervir sobre os indivíduos. No entanto, o diálogo que se estabeleceu entre este projeto e o contexto histórico-cultural brasileiros vai muito além de uma disputa com vencedores e derrotados. Esta relação passa por arranjos peculiares entre visões de ser humano originadas em correntes culturais muito distintas. Portanto, parece que a história da psicologia precisa considerar estas relações com outras estratégias de manejo das subjetividades. Em outras palavras, a história da psicologia se insere numa história mais ampla: a história das “tecnologias da alma”. E é neste sentido que se torna relevante compreender a relevância das religiões no Brasil, pois para além deste projeto de uma nova racionalidade para o gerenciamento dos sujeitos, neste país, milhões de pessoas ainda encontram na religião “uma linguagem consistente e modelos de ação a partir dos quais podem ordenar e compreender as experiências biográficas” (BIZERRIL, 2015, p. 44).

Acredito, portanto, que o aprofundamento da compreensão do processo histórico de hegemonia da clínica poderia se beneficiar do rompimento das rígidas fronteiras entre as disciplinas científicas. Conforme afirma Bizerril (2015), vários autores já iniciaram este processo de realizar o caminho contrário da separação do conhecimento do ser humano em dimensões estanques. González Rey (2012), Geertz (2001), Bauman (2008) e Rose (2011), entre outros, representam possibilidades exitosas de se estabelecer este diálogo interdisciplinar autêntico. Assim, alinhado a estes autores, o presente trabalho reafirma a necessidade de se promover este diálogo como forma de se produzir novas inteligibilidades acerca do fenômeno da subjetividade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. 5 ed. São Paulo: EDUC, 2014.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 32, p. 44-56, 2012.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL. **Jornal do Federal**. Conselho Federal de Psicologia, Ano XXIII, n. 104, p. 5-7, Jan/Ago 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

BIZERRIL, José. O lugar da diferença religiosa nas subjetividades sociais brasileiras e suas implicações para a saúde. In: González-Rey, F.; Bizerril, J. (orgs.) **Saúde, Cultura e Subjetividade: uma referência interdisciplinar**. Brasília: UniCEUB, 2015.

BOCK, A. M. B.; MALDOS, P. R. M.; SADER, E. S. Psicologia brasileira: da regulamentação à atualidade. **Jornal do Federal**. Conselho Federal de Psicologia, Ano XXIII, n. 104, p. 8-15, Jan/Ago 2012.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999.

BOCK, Ana Mercês Bahia. et al. Sílvia Lane e o Projeto do "Compromisso Social da Psicologia". **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 46-56, 2007.

CARVALHO, J.M de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Ed. USP: Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERREIRA NETO, João Leite. **A formação do psicólogo: clínica, social e mercado**. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec/FCH, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A história da loucura na Idade Clássica**. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GIL, Antonio Carlos. O psicólogo e sua ideologia. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 12-17, 1985.

GONZÁLEZ REY, Fernando. O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo-sociedade numa perspectiva cultural-histórica. **Estudos contemporâneos da subjetividade**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 167-185, 2012. 2012

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

JACÓ-VILELA, A. M.; ESCH, C. F.; COELHO, D. A. M.; REZENDE, M. S. Os estudos médicos no Brasil no século XIX: contribuições à Psicologia. **Memorandum**, UFMG, Belo Horizonte, n. 7, p. 138-150, Out 2004.

JACÓ-VILELA, Ana Maria. História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 32, p. 28-43, 2012.

MASIERO, André Luis. “Psicologia das raças” e religiosidade no Brasil: uma intersecção histórica. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 66-79, mar 2002.

MASSIMI, Marina. **História da psicologia brasileira**: da época colonial até 1934. São Paulo: EPU, 1990.

MASSIMI, Marina. O processo de institucionalização do saber psicológico no Brasil do século XIX. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (orgs.). **História da psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2007, Cap. 9, p. 159-168.

MOREIRA, J. O.; ROMAGNOLI, R. C.; NEVES, E. O. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 608-621, 2007.

PINTO, Karina Pereira. “Os organizadores da alma popular”: educadores, Escola Nova e psicologia no Brasil. In: JACÓ-VILELA, A. M.; CERREZZO, A. C.; RODRIGUES, H. de B.

C. (orgs.). **Clio-Psyché paradigmas**: historiografia, psicologia, subjetividades. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2003.

PORTUGAL, Francisco Teixeira. Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bonfim. **Estudos e pesquisas em psicologia**, UERJ, Rio de Janeiro, ano 10, n. 2, p. 596-612, 2º quadrimestre 2010.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROSE, Nikolas. **Inventando nossos selfs**: psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TERRA, Livia Maria. As ideias e o Brasil: apontamentos sobre o uso da medicina social à brasileira. **Cadernos de Campo**, UNESP, Araraquara, n. 18, p. 27-40, 2014.

VEIGA-NETO, Alfredo. Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades. **Cadernos de Educação**, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas, v. 34, p. 83-94, Set/Dez 2009.

VELLOSO, Elisa Dias. Psicologia clínica no Brasil. **Arquivos brasileiros de psicologia**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 21-36, Jan/Mar 1982.